

JEAN SCHEUEN/SXC



Laboratório de pesquisa: Brasil é o 13º de ranking mundial de publicação de teses e estudos

## Produção científica cresce 56% em um ano e bate recordes

páginas 10 e 11

agricultura

## Reação contra o custo crescente dos fertilizantes

Produtores enfrentam dependência de matéria-prima importada e mercado dominado por poucas multinacionais. Nova fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobras gera expectativa de mais concorrência no setor.

páginas 6 e 7

JOSÉ CRUZ



Paulo Paim conversa com aposentados: adiado para junho exame de veto a emenda que vincula benefícios ao salário mínimo

## Paim anuncia mobilização de aposentados e nova vigília

página 15

# Senado deve mudar cadastro positivo

Senador Adelmir Santana e especialistas defendem mudanças no projeto que regulamenta a utilização de banco de dados de bons pagadores, aprovado semana passada na Câmara.

página 3

cpi da petrobras

## Líderes definem integrantes nesta semana

A CPI da Petrobras pode ser instalada ainda nesta semana. Vence terça-feira o prazo dado pelo presidente do Senado, José Sarney, para que os líderes indiquem os integrantes da comissão, que terá 11 titulares e sete suplentes.

página 13



GERALDO MAGELA

Comissão presidida por Magno Malta ajudou PF a combater abuso

cpi da pedofilia

## Nova lei permite a prisão de dez acusados

página 12

## e mais...

ambiente legal	8
agora é lei	9
projetos aprovados	14
voz do leitor	19
frases	19
pergunte ao senador	19

## cidadania

### Como prevenir e detectar o câncer de pele

O câncer de pele corresponde a 25% de todos os tumores malignos conhecidos no país. Autoridades médicas afirmam que muitos problemas de pele, incluindo o câncer, podem ser evitados com medidas adequadas, incluindo o autoexame.

página 20



# agenda



Tasso Jereissati (E), José Sarney e Marconi Perillo durante sessão em que, na semana passada, o Plenário adiou a deliberação final sobre o mérito da medida

## Avança exame da MP que altera Fundo Soberano

Projeto de lei de conversão relatado no Senado por Eliseu Rezende também trata do licenciamento ambiental e de recursos para obras em rodovias

Acatando solicitação do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), transferiu para esta terça-feira a votação da medida provisória que deu nova redação ao Fundo Soberano do Brasil (FSB), autorizou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a executar obras nas rodovias federais transferidas aos estados e alterou regras de licenciamento ambiental de obras em rodovias federais.

Apenas a deliberação final sobre o mérito da matéria (Pro-

yecto de Lei de Conversão 5/09, proveniente da MP 452/08) foi adiada. Os pressupostos de urgência, relevância e adequação financeira foram aprovados.

O relator do PLV 5/09, Eliseu Rezende (DEM-MG), dividiu seu voto em partes. Ele posicionou-se favorável à prorrogação da autorização para que o Dnit utilize recursos federais na execução de obras nas rodovias transferidas aos estados em 2002. Mas fez alterações no texto aprovado pela Câmara com respeito ao Fundo Soberano do Brasil e a mudanças na lei relativa à política nacional do meio ambiente.

## Ambientalistas criticam mudança em texto sobre Amazônia Legal

A medida provisória que trata da regularização fundiária de terras da União na Amazônia Legal sofreu alterações na Câmara e chega ao Senado sob críticas dos ambientalistas.

Para eles, as mudanças feitas pelo relator na Câmara, deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), ampliam medidas contidas no texto original que favoreceriam grileiros e acentuariam a concentração de terras na região.

A proposta aprovada pela Câmara na última quarta-feira (MP 458/09, convertida no PLV 9/09) autoriza a União a transferir, sem licitação, terrenos de sua propriedade naquela região, com até 1.500 hectares (15 km²), aos que detinham posses das áreas antes de 1º de dezembro de 2004.

Uma das modificações feitas

por Asdrúbal na MP permite que empresas participem de licitação para regularizar áreas por elas ocupadas.

O projeto também determina que a recuperação das áreas por meio de reflorestamento obedecerá à legislação ambiental em vigor, que prevê até 30 anos para a providência. O texto da MP fixava em dez anos o prazo para reflorestamento.

O PLV permite que participem da licitação pessoas físicas que ocupem diretamente a terra ou explorem a área de forma indireta, por meio de parceiros ou meeiros, por exemplo. Dispõe também de normas sobre zoneamentos ecológico-econômicos (ZEEs) para os estados da Amazônia Legal poderem realizar convênios com a União.

## PEC Paralela dos Vereadores já tramita no Plenário

A proposta que trata dos limites de gastos das câmaras municipais já começou a tramitar no Plenário do Senado. No dia 6, a Proposta de Emenda à Constituição 41/08, conhecida como PEC Paralela dos Vereadores, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto aprovado no colegiado – baseado no voto em separado de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – cria seis novos critérios de gastos percentuais máximos, em vez dos quatro atualmente em vigor.

## Meirelles e Luciano Coutinho participam de debates na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove três debates nesta semana.

Terça-feira, o tema do encontro será a proposta que cria o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Na quarta, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa de discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. E na quinta, será a vez do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, ser ouvido pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

## GRITO DA TERRA

Caravanas de trabalhadores rurais de todo o Brasil chegam nesta terça-feira a Brasília para o 15º Grito da Terra, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que espera reunir 5 mil pessoas. Entre outros pontos, a pauta de reivindicações inclui a aprovação da PEC 438-A/01, que expropria terras onde for constatado trabalho escravo e do PLV 8/09 (MP 455/09), que obriga estados e municípios a comprar de agricultores familiares 30% dos ingredientes da merenda escolar.

## ISENÇÃO DE IPI

Projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos com tração elétrica deverá ser votado nesta quinta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O relatório de Jayme Campos (DEM-MT) é favorável à proposta (PLS 44/09) do senador Flávio Arns (PT-PR). A medida visa estimular a produção de veículos menos poluentes para ajudar na redução das emissões de gases de efeito estufa.

## CPI É ARQUIVADA

A proposta de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação foi arquivada. Apresentado por Cristovam Buarque (PDT-DF), o requerimento foi lido em Plenário, mas 10 senadores retiraram suas assinaturas antes da publicação no *Diário do Senado*. A comissão iria apurar as causas do retrocesso na qualidade da educação básica, que para o senador "caracteriza um 'apagão intelectual'".

## comissões

### Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

**Idosos** – Audiência pública em conjunto com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Saúde para debater políticas sociais e de assistência voltadas para o idoso. A audiência faz parte de um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde no Brasil, em especial no Sistema Único de Saúde (SUS). Estão convidados a professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília (UNB) Maria Alice Toledo; a ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia Elisa Franco de Assis Costa; o gerontólogo social João Batista de Medeiros; e representantes do Ministério da Saúde.

9h30 – AGRICULTURA

**Posse** – O primeiro projeto em pauta trata da expedição de mandato liminar de manutenção ou de reintegração de posse (Lei 5.869/73). Outra proposta diz respeito à renegociação de dívidas dos produtores rurais relativas a financiamentos com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

10h – MEIO AMBIENTE

**Minc** – O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, fala sobre políticas e

programas que reduzam a zero, até 2015, o desmatamento no país. Depois, a comissão analisa a recondução de Bruno Pagnoccheschi e de Dalvíno Troccoli França para o cargo de diretores da Agência Nacional de Águas (ANA).

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Concorrência** – Debate para instruir projeto que altera o Código de Processo Penal, estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e trata da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. A diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira, está entre os convidados.

11h – CPI DAS ONGS

**Requerimentos** – A comissão analisa pedidos de convocação.

11h – EDUCAÇÃO

**Bolsa** – A comissão analisa projeto que prevê a inclusão da participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do programa nacional de renda mínima vinculado à educação.

### Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Voz do Brasil** – O primeiro item

da pauta é o projeto que altera a lei que determina a obrigatoriedade da transmissão do programa *Voz do Brasil* pelas emissoras de radiodifusão.

9h – EDUCAÇÃO

**Pirataria** – A comissão realiza o seminário "A tributação e a prática de pirataria no Brasil". O primeiro painel, "Consequências nacionais e internacionais do consumo de produtos piratas no Brasil", terá como moderador o presidente da comissão, senador Flávio Arns, e como expositores, entre outros, o secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça, André Luiz Barcellos, e o representante da United States Patent and Trademark Office, Dorian Mazurkevich. O segundo painel, "Tributação no Brasil em relação aos produtos pirateados", terá como moderador o senador Eduardo Azeredo.

10h – AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, ASSUNTOS ECONÔMICOS E ASSUNTOS SOCIAIS

**Crise financeira** – Audiência pública conjunta das comissões com a de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade para debater medidas adotadas para enfrentamento da crise econômica no Brasil, com a presença do presidente do Banco Nacional de

## plenário

### Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

### Terça-feira

14h – Sessão deliberativa  
**Pauta trancada** – Na hora do expediente, o Plenário homenageia a memória do senador Jefferson Péres, no primeiro aniversário da sua morte. A pauta está trancada por cinco projetos de lei de conversão (PLVs 5, 6, 8, 9 e 10, provenientes das medidas provisórias 452, 453, 455, 458 e 457), além

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Indicações** – Após exame de pauta com três itens, comissão analisa 13 indicações para o Conselho Nacional de Justiça.

14h – CPI DA PEDOFILIA

**Conanda** – Debate com o secretário-executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Benedito Rodrigues dos Santos, e o representante do Instituto Childhood WCF – Brasil, Itamar Gonçalves.

da MP 456/09, que aumentou de R\$ 415 para R\$ 465 o salário mínimo, a partir de 1º de fevereiro de 2009.

### Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

### Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

### Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### Quinta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Prisões** – Na pauta, projeto que tipifica como crime o ingresso de aparelhos de comunicação, sem autorização, em estabelecimento prisional.

14h – RELAÇÕES EXTERIORES

**Embaixadores** – A comissão analisa a indicação de Luiz Gilberto Seixas de Andrade para assumir a embaixada do Brasil na Guiana, e de Solano Carneiro da Cunha para exercer o cargo de embaixador na República Dominicana.

consumidor

# Senadores devem mudar cadastro positivo

Projeto que regulamenta uso de banco de dados com bons pagadores, aprovado semana passada na Câmara, deve ser alterado no Senado, segundo Adelmir Santana. Em debate, especialistas desconfiam da redução de juros prometida pela proposta

O Senado deve alterar o projeto de lei que regulamenta a utilização dos bancos de dados de proteção ao crédito, chamados de cadastro positivo, aprovado na última terça-feira pela Câmara. O senador Adelmir Santana (DEM-DF) chegou a prever que possa haver um substitutivo ao texto do deputado Maurício Rands (PT-PE), tal o volume de alterações que devem ser negociadas pelo DEM e por outros partidos da Casa. “Tenho ouvido muitas críticas sobre o projeto. O texto ficou ruim e precisa ser mudado”, avaliou Adelmir Santana.

Se depender da primeira discussão entre os consultores do Senado, assessores de partidos da oposição, especialistas e área técnica do governo, o PL 836/03 deverá passar por várias modificações. Na última quinta-feira, em seminário do Centro de Estudos da Consultoria da Casa com o coordenador da secretaria extraordinária de reformas econômico-fiscais do Ministério da Fazenda, Ângelo Duarte, os debatedores sinalizaram que não há como garantir que o projeto alcance o objetivo primordial para o governo, que é reduzir o *spread* bancário (diferença entre juros que os bancos pagam na captação dos recursos e os que cobram nos empréstimos) e permitir que bons pagadores sejam beneficiados com taxas mais baixas.

Segundo estimativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a inadimplência corresponde a 37,5% do cálculo do *spread* bancário. A entidade sustenta que a inadimplência média no Brasil é de 5%, mas que o ônus acaba recaindo sobre todos porque não há como distinguir antecipadamente os bons pagadores. Esse peso da inadimplência na composição dos juros poderá cair com o cadastro positivo, acredita o deputado Maurício Rands. Pelo projeto, os bancos de dados poderão classificar os consumidores que optarem pelo cadastro positivo de acordo com avaliações de risco, baseando-se no histórico de relacionamento desses consumidores com bancos, lojas e outras empresas.

Mas o presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Leonardo Bessa, apontou no debate com os consultores vários pontos que precisam ser aprimorados no Senado. Um deles é a possibilidade de se usar esse cadastro para transações comerciais e não só para proteção ao crédito. Essa é uma brecha jurídica perigosa, que pode, segundo Bessa, ter sua constitucionalidade questionada. Ele sustenta que deva haver um “consentimento informado” do consumidor, que sejam explicados os riscos e as vantagens dessa escolha.



Histórico de relacionamento de consumidores com bancos, lojas e outras empresas definirá perfil de cidadãos, que poderão ter acesso a juros mais baixos ao financiar bens

## Atrasos nas contas de água, luz e telefone não serão incluídos

Mudanças de última hora, feitas na Câmara, poderão ser reavaliadas no Senado. Uma delas é a exigência de notificação por aviso de recebimento (AR), que possui tarifa de postagem mais cara devido à identificação de quem recebe a correspondência, toda vez que as empresas de bancos de dados precisarem informar o consumidor de que foi feita anotação negativa em seu cadastro.

Outra negociação do relator, Maurício Rands, retirou do texto a possibilidade dos bancos de dados incluírem entre as informações negativas atrasos de pagamento de contas de água, luz e telefone. Leonardo Bessa, da Brasilcon, acha que a demonstração de quitação regular dessas contas constitui para pessoas de menor renda o “único patrimônio” que possuem, configurando, portanto, informações essenciais para avaliação de risco desses consumidores.

A proibição de incluir no cadastro de inadimplentes dívidas não pagas no montante de até R\$ 60 ou prestações de igual valor, proposta pelo deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), também foi acatada pelo relator. Apesar de o projeto do então senador Rodolpho Tourinho (PLS 405/07), que também prevê a criação de um cadastro positivo, ter sido remetido ao Senado em 21 de maio, o governo já avisou que irá apoiar o texto de Maurício Rands.

## No Brasil, Procons podem supervisionar nova lei

O projeto para implantar o cadastro positivo no Brasil foi inspirado no modelo norte-americano. Naquele país não há uma autoridade de controle dos bancos de dados pessoais como existe na União Europeia (UE). O presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), Leonardo Bessa, explica que a UE baixou a Diretiva 9.546, em 1995, seguida pelos países que compõem o bloco. Um dos seus pilares é a instituição de autoridade administrativa governamental, de estrutura hierárquica independente do Estado, que zela pelo cumprimento da legislação de proteção aos dados pessoais.

O que há de mais próximo a isso no Brasil é a agência reguladora, compara Bessa. Embora essa instituição europeia funcione como agência de garantia, o que ainda não existe no Brasil. Na França, por exemplo, esse tipo de agência surgiu antes mesmo da decisão da União Europeia, segundo o professor de Direito Civil da Universidade do Brasil (PR), Danilo Doneda, especialista em privacidade e bancos de dados. A primeira lei de proteção de dados na Europa foi a da Alemanha,

promulgada em 1970. Três anos mais tarde, lembra o especialista, a Suécia elaborou um estatuto nacional nessa área, a Datalag.

A União Europeia definiu algumas normas gerais para proteger o cidadão. Segundo Doneda, ele tem direito de saber para que o dado vai ser usado, tem como impedir o uso indevido da informação e pode recorrer

**Agência protege dados pessoais na Europa**

à agência para as medidas cabíveis sem ter que buscar a intervenção do Judiciário. “O processo é assim mais simples, mais ágil e mais econômico”, resume Doneda. Na Itália, a agência supervisiona os bancos de dados, faz autuações e aplica multas. Doneda, que foi pesquisador visitante da Autorità Garante per La Protezione dei Dati Personali, informa que a agência se reúne com associações e entidades de classe para estabelecer normas de conduta para cada categoria

no tratamento de dados pessoais.

No Mercosul, a Argentina preferiu seguir o modelo europeu. Porém, constituiu a agência como órgão do Ministério da Justiça. Essa opção, conforme Doneda, traz questões de conflitos de interesse quando se trata de coibir ações do próprio governo e enfrenta dificuldades para ser reconhecida pela UE. Um dos problemas, continua o especialista, é a transferência de dados de cidadãos europeus. Ela deve seguir normas estabelecidas pela Diretiva 9.546, da UE, o que significa ter uma agência independente. O Brasil também tem dificuldade de acesso a essas informações, o que acaba tornando-se uma barreira comercial, explica Doneda.

A escolha de um modelo mais parecido com o dos Estados Unidos vai deixar a supervisão da nova lei do cadastro positivo a cargo dos Procons. Essa estrutura voltada à defesa do consumidor ainda é muito precária no país. “São cerca de 600 Procons para um número superior a 5,5 mil municípios. Em geral são desestruturados com poucos recursos humanos e materiais”, diz Bessa.

## economia

# Para consultor, proposta de taxar poupança é inconstitucional

Especialista diz que um dos preceitos do direito tributário deixaria de ser cumprido, pois a base de cálculo para o imposto não seria fixada em lei

A proposta do governo de taxação de quem tem mais de R\$ 50 mil na caderneta de poupança pode ser inconstitucional. O alerta é do consultor-legislativo do Senado Danilo Aguiar, que tem como base o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. De acordo com o governo, a partir de 2010, nas poupanças com mais de R\$ 50 mil, parte do rendimento terá a incidência do Imposto de Renda (IR), de acordo com a variação da taxa de juros básica da economia, a Selic (veja tabela à esquerda).

Para Aguiar, caso a proposta (projeto de lei ou medida provisória) a ser encaminhada pelo governo ao Congresso contenha as regras

anunciadas, um dos parâmetros constitucionais do direito tributário não será cumprido, já que a base de cálculo do imposto não será fixada em lei, mas obedecerá a uma variável definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), órgão do Executivo para o qual não poderia ser delegada essa competência.

A análise de Aguiar tem como base o inciso I do artigo 150 da Constituição, que atribui à lei prerrogativa de estabelecer as regras sobre cobrança de tributos. E a proposta anunciada por Mantega, que submete parte dos rendimentos da poupança à

incidência do IR, faria com que a base de cálculo desse imposto variasse em função da taxa de juros fixada pelo Copom. Em suas avaliações periódicas, a cada 45 dias, o órgão pode mudar a taxa Selic e, assim, de maneira ilegítima na visão de Aguiar, interferir na tributação da caderneta.

Além disso, o consultor da área de direito tributário considera que a variação da Selic é um elemento estranho à capacidade econômica do contribuinte e não poderia ser utilizada como base para a cobrança do IR.

**Selic não poderia ser usada como base para cobrar o IR**

– A variação da base de cálculo do imposto em função da Selic não guarda qualquer relação com a capacidade contributiva do contribuinte. Como

a decisão do Copom afeta a possibilidade de o poupador pagar o imposto? – questiona Aguiar.

A argumentação do consultor leva em conta o parágrafo 1º do artigo 145 da Constituição, que determina que, “sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte”.

## Governistas, Paim e Paulinho querem aliviar tributação sobre classe média

Sem entrar no mérito dos argumentos do consultor de direito tributário, o senador Paulo Paim (PT-RS) e o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, acreditam que o Congresso pode aperfeiçoar a proposta e, inclusive, resolver qualquer inconstitucionalidade observada.

Ambos entendem que a iniciativa tomada pelo governo tem pontos positivos ao proteger a grande maioria dos poupadores, já que apenas 1% das cadernetas de poupança têm depósitos acima de R\$ 50 mil.

Os parlamentares também sugeriram que o Congresso pode

aliviar a taxação sobre a classe média, garantindo que apenas os especuladores sejam desestimulados a investir na poupança. Paulinho afirmou que a proposta do governo deve ter margem para mudanças e Paim já sinalizou com a possibilidade de aumentar o limite de isenção para R\$ 100 mil. Elogiou, ainda, o governo por propor a mudança por projeto de lei em vez de medida provisória, que consideraria “uma truculência”.

– Para baixar a taxa de juros, vale algum sacrifício. Se isso for compreendido, creio que a área jurídica vai avaliar que não haverá por que manifestar inconstitucionalidade – analisa Paulinho.



Lideranças sindicais com o presidente da Câmara, Michel Temer: preocupações com a poupança estão na pauta trabalhista

## Complexa, proposta do governo depende da renda e da Selic

Três fatores interferem na hora de saber como os ganhos das poupanças acima de R\$ 50 mil serão afetados caso a proposta do governo entre em vigor em janeiro de 2010. A primeira delas é a taxa de juros da economia (Selic). Caso a Selic caia abaixo de 10,5%, os ganhos com juros acima de R\$ 250 por mês (0,5% de rendimento da poupança sobre R\$ 50 mil) serão submetidos à incidência do Imposto de Renda. A parcela dos rendimentos tributada sobe de acordo com a queda dos juros (veja tabela).

Sobre essa parcela (rendimento tributável), incidirá a alíquota do IR em que o contribuinte estiver, de acordo com a tabela da Receita Federal. Hoje, são quatro as faixas de tributação: 7%, 15%, 22,5% e 27,5% para quem tem renda acima de R\$ 1.434,59 mensais.

Por exemplo, quem tiver R\$ 70 mil na poupança quando a Selic for de 8,5%, terá 40% dos R\$ 350 que receber de juros (0,5% sobre R\$ 70 mil), ou R\$ 100, sujeitos a tributação, e um imposto de R\$ 27,50 sobre os rendimentos.



## Mudanças no FGTS também podem ser necessárias

As mudanças na poupança trouxeram de volta as discussões sobre outra aplicação dos trabalhadores que têm sua remuneração fixada em lei: o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por ser um fundo em que os depósitos são compulsórios e corrigidos por juros de apenas 3,12% ao ano mais a variação da Taxa Referencial (TR), a sua rentabilidade não incomoda o mercado financeiro e o governo, que vem apostando na queda da taxa de juros da economia nacional. Porém, além de prejudicar os trabalhadores, uma vez que os recursos depositados não são reajustados sequer para acompanhar a inflação, o modelo de rentabilidade do fundo também tem potencial de se tornar mais um problema se, por exemplo, os juros continuarem a cair. De acordo com o consultor-legislativo do Senado Marcos Antônio Kohler, os depósitos do FGTS vêm perdendo valor real nesta década. De janeiro de 2000 a dezembro de 2008, os depósitos foram corrigidos em 63,2%, enquanto a inflação, pelo IPCA, foi de 82,1%. Ou seja, a perda real no período foi de 10,4%, o equivalente a uma corrosão de 1,2% ao ano. – Os depósitos do FGTS são compulsórios e, por essa razão, sua rentabilidade não afeta o seu volume, que depende do mercado de trabalho, como o nível de desemprego e o grau de formalização. Essa característica permite que sua remuneração seja bastante inferior às demais aplicações financeiras, sem riscos de fuga dos depositantes. Se não se podia permitir a redução da remuneração da poupança, o que dizer da remuneração de TR mais 3% da poupança compulsória? – questiona o consultor.

## Especialista sugere reajuste do fundo pela inflação

Para garantir o mínimo de rentabilidade para o FGTS, o consultor-legislativo do Senado Marcos Antônio Kohler sugere que a fórmula de reajuste dos depósitos passe a ser feita por um índice de inflação.

Pela regra atual, o FGTS registrou, entre fevereiro de 2008 e fevereiro de 2009, rentabilidade de 4,89%, com perda real de 1,44% frente à inflação oficial no período. Kohler argumenta que, se a remuneração do fundo adotasse a variação do IPCA, acrescida de apenas 1% de juros ao ano, a rentabilidade no mesmo período teria sido de 6,90%, ou 2% superior à verificada.

– Essa providência seria muito benéfica aos trabalhadores, pois garantiria a manutenção do poder de compra dos seus depósitos e alguma remuneração real, ao contrário do que vem ocorrendo hoje. Considerando que essa proposta está associada à adoção da correção monetária plena, ela implica, doravante, um ganho real anual de 1% para os depósitos. Essa situação é bem mais favorável que a vigente, de perda de 1,2% ao ano em termos reais – argumenta Kohler. O senador Paulo Paim, porém, não concorda com a proposta, já que a queda na taxa de juros pode fazer com que o FGTS tenha reajuste irreal pela inflação. Ele defende a equiparação da remuneração do FGTS à poupança, ou então liberar o trabalhador a investir os recursos onde desejar.

A oportunidade para o Senado discutir a tributação da poupança foi adiada para o início de junho, quando deverá ser realizado debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) previsto para a semana passada.

## economia



ACM Júnior e Flexa Ribeiro argumentaram na CAE que a isenção é um instrumento de redução das desigualdades regionais e, assim, constitucional

### Isenção do adicional ao frete pode ser prorrogada por dez anos

A isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre a movimentação de mercadorias em portos localizados no Norte e Nordeste poderá ser prorrogada por mais dez anos. Apesar de estudo da Marinha do Brasil – lido pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – recomendar a rejeição da medida, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou texto (PLS 238/06) de César Borges (PR-BA) que assegura a prorrogação. Conforme o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a renovação ajuda a combater as desigualdades regionais. O projeto vai agora ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

A Marinha argumenta que a prorrogação é de iniciativa priva-

tiva do presidente da República. Embora tenha registrado seu respeito pela Marinha, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que não poderia deixar de votar a favor do projeto e, assim, atender ao preceito constitucional de redução das desigualdades regionais. Flexa Ribeiro e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ponderaram que a arrecadação do adicional tem se mostrado bem superior aos valores aplicados pelo fundo. Segundo César Borges, o adicional é um mecanismo de concentração de riqueza nos estados mais ricos, onde estão sediados os estaleiros da indústria naval brasileira. Emenda de Renato Casagrande (PSB-ES) estende a isenção às áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

### CDR quer dispensar do IPI veículos de atividades turísticas

A exemplo dos motoristas de táxi e dos portadores de deficiência, os veículos novos utilizados em atividades turísticas também poderão ficar isentos do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Para a obtenção do desconto, no entanto, os compradores deverão adquirir carros de até 4 mil cilindradas.

De acordo com o projeto (PLS 359/08) apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), só terão direito à isenção as pessoas físicas e jurídicas ligadas a ati-

vidades de turismo devidamente autorizadas pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

Aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a proposta ainda será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator na CDR foi o senador Adelmir Santana (DEM-DF).

Para Osmar Dias, se sua proposta se tornar lei, irá incrementar o turismo em todas as regiões do país, gerando emprego e renda.

#### TURISMO NA ESCOLA

O material didático distribuído a alunos da rede pública de ensino poderá veicular informação turística. A ideia está em projeto de lei da Câmara (PLC 132/01) aprovado pela CAE e que estabelece a divulgação de dados sobre localização, aspectos culturais e ambientais e alternativas de lazer, além do telefone do órgão estadual de turismo. Para a execução da medida, o relator Osmar Dias (PDT-PR) considerou suficiente que os órgãos responsáveis especifiquem nas licitações dos materiais a exigência quanto à inserção das informações turísticas.

#### INTERNET ACESSÍVEL

Nos municípios não servidos por provedores locais de acesso discado à internet, as chamadas interurbanas para os provedores localizados em outras cidades serão tarifadas como se fossem ligações locais. A proposta (PLS 317/05), do senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi aprovada pela CCT e segue para decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Pelo projeto, as chamadas locais cobradas deverão ser as mais baixas praticadas pela prestadora, considerando todos os seus planos de serviço e os eventuais descontos oferecidos.

# BB aponta meios para fortalecer agronegócio

Seguro safra, política de garantia de preços e legislação que regula financiamento bancário precisam ser aperfeiçoados, diz Luiz Carlos Guedes

Implementar mecanismos destinados a frear as sucessivas renegociações e prorrogações das dívidas dos produtores rurais é o caminho natural para o fortalecimento da agricultura e do agronegócio brasileiro. Para isso é necessário aperfeiçoar o seguro rural e a política de garantia de preço dos produtos, afirmou o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luiz Carlos Guedes, durante audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para Guedes, as constantes renegociações e prorrogações ocorridas nos últimos 20 anos vêm causando mal-estar para os agricultores, o Tesouro Nacional e os agentes financeiros, especialmente o Banco do Brasil, responsável por mais de 60% do financiamento da agricultura. O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), criticou “as regras implacáveis” que o BB vem impondo à segurança do crédito, em detrimento do apoio às atividades de fomento.

Guedes, por sua vez, apontou falhas na legislação que regula o financiamento bancário, por tratar de forma igual os riscos de operações comerciais correntes e de operações de crédito aos produtores rurais, o que limita as possibilidades de apoio do BB ao agronegócio.

Quando um agricultor renegocia uma dívida, sua classificação de risco aumenta, fazendo com que o banco também precise aumentar suas provisões para oferecer novo financiamento.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) cobrou providências do governo para alavancar a agricultura e o agronegócio. Ela chegou a alertar que, nos últimos meses, houve queda de 32% na comercialização de fertilizantes, fato que considerou “desesperador”. Ela também propôs subvenção ao frete e criação de um fundo para incentivar o agronegócio e a agricultura.

Já o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) defendeu maior agilidade na liberação

de recursos para frigoríficos e empresas da agroindústria que se encontram em dificuldades. Gilberto Goellner (DEM-MT), por sua vez, propôs que a CRA integre grupo de trabalho – que reúne várias entidades, entre elas o BB, o Banco Central e a Confederação Nacional da Agricultura – que estuda itens considerados vitais para o setor, como a reclassificação do risco dos produtores rurais.

Apesar dos problemas agravados pela crise financeira, o Banco do Brasil ampliou em cerca de 30% o financiamento para a agricultura, com um desembolso de R\$ 2 bilhões para crédito, não previsto no Plano Safra 2009/2010.



Luiz Carlos Guedes, ao lado do senador Valter Pereira, aponta mal-estar gerado pelas constantes renegociações da dívida rural ocorridas nos últimos 20 anos

### Governo reduz para 1% previsão de crescimento do PIB

O Ministério do Planejamento enviou ao Congresso, na quarta-feira, o relatório de avaliação de receitas e despesas do segundo bimestre. Devido à crise financeira mundial, o texto reduz a previsão de crescimento do PIB em 2009 para somente 1%. Na primeira estimativa bimestral, o Executivo projetou um crescimento da ordem de 2%.

Em contraponto à desaceleração da economia, os técnicos do ministério trabalham com a possibilidade de ampliar os

gastos do governo em R\$ 9,1 bilhões, dos quais R\$ 6 bilhões serão destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida. Os recursos ficaram disponíveis devido à redução do superávit primário para 2009, de 2,2% para 1,4% do PIB.

O relaxamento das metas fiscais de superávit primário resultou, por sua vez, da “iminente necessidade de o setor público fomentar a economia doméstica de modo a possibilitar a retomada do crescimento e a elevação

do nível de emprego e renda”.

O documento prevê ainda uma redução de R\$ 9,3 bilhões na arrecadação anual em relação aos cálculos da última avaliação, atribuída a uma queda generalizada em todos os tributos, com destaque para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O ministério diminuiu também o índice de inflação, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passando de 4,5% no acumulado anual para 4,3%.

### Compras da administração pública na internet

Os editais de licitação, as compras efetuadas, as situações de inexigibilidade e dispensa de licitação, os instrumentos de contrato e seus aditamentos, assim como a intimação de atos sujeitos a recurso deverão ser publicados em página da administração pública na internet.

A obrigatoriedade foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em deci-

são terminativa. O projeto (PLS 68/08), do senador Demostenes Torres (DEM-GO), altera a Lei das Licitações (8.666/93).

Pela proposta, deverão ser informadas todas as compras feitas pela administração direta e indireta, identificando o bem comprado, preço unitário, quantidade adquirida, nome do vendedor e valor total da operação. Compras com dispensa e inexigibilidade de licitação podem ser aglutinadas por itens.

Segundo Demostenes, a Lei 8.666/93 obriga a publicação, na imprensa oficial e em jornais de grande circulação, dos resumos dos editais e dos instrumentos de contratos. “O acesso aos meios de publicação escolhidos é restrito”, afirma.

Para o relator, Marco Maciel (DEM-PE), o emprego das novas tecnologias de informação é “imperativo para concretizar o princípio constitucional da publicidade”.



Crise econômica derrubou cotação de produtos agrícolas e margens de lucro dos agricultores, chamando a atenção para a incidência do preço dos insumos sobre a despesa de produção

# Alto custo dos fertilizantes inquieta produtores

Brasil importa 70% do adubo que consome e enfrenta concentração de mercado, mas nova fábrica da Petrobras pode aumentar a concorrência

O aumento de até 200% no preço dos fertilizantes num cenário de severa crise econômica global fez os produtores rurais brasileiros acordarem para um problema antigo. Se antes a grande demanda e os altos preços dos produtos agrícolas camuflavam o problema, agora os produtores fazem as contas e descobrem que os insumos estão no topo da tabela de custos. A dependência externa é enorme – o Brasil importa 70% do adubo que consome e, pior ainda, quatro ou cinco empresas dominam a produção mundial, sujeitando o mercado à sua política de preços. Como não poderia deixar de ser, a discussão já chegou ao Senado (*leia na página ao lado*).

Uma nova fábrica da Petrobras deve reduzir significativamente a dependência

externa de fertilizantes. Atualmente os dois únicos grupos que produzem os fertilizantes nitrogenados (amônia e ureia) no país são a própria Petrobras e a Fosfértil (privado). Eles atendem a cerca de 40% a 45% do mercado, que é da ordem de 2,5 milhões de toneladas anuais. A Fosfértil era controlada pela Petrofértil, subsidiária da Petrobras, e foi privatizada nos anos 90.

A Petrobras, que vai investir US\$ 2 bilhões na construção da fábrica, está finalizando o projeto básico para definição do local de construção da unidade. O projeto está previsto para entrar em operação em 2013.

A empresa descartou ter sócios na nova fábrica, que vai fazer com que a estatal praticamente dobre sua pro-

dução, hoje de 1,1 milhão de toneladas, divididas entre as fábricas situadas na Bahia e em Sergipe.

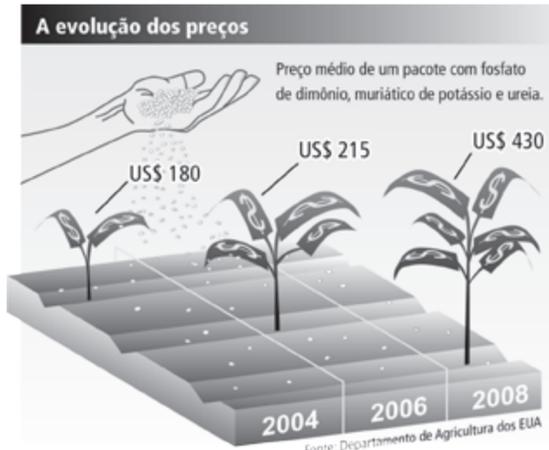
Para 2013, no entanto, poderá haver alguma necessidade de importação, mesmo com o aumento da produção, já que a demanda também deve crescer.

A Petrobras anunciou ainda que vai explorar de maneira majoritária suas jazidas de potássio localizadas na Amazônia, próximas ao município de Nova Olinda. As reservas da Petrofértil foram incorporadas à Petrobras na década de 90 e permanecem inexploradas.

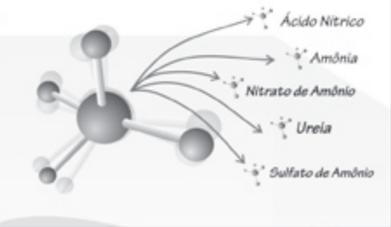
## Preços chegaram a subir mais de 200% em um ano

Os preços dos fertilizantes subiram mais de 200% em 2007, de acordo com o Centro Internacional pela Fertilidade do Solo e Desenvolvimento Agrícola. Os mais afetados foram os fazendeiros africanos pobres, que já não têm muito dinheiro para investir num solo pobre de nutrientes e que, usando menos adubo, passaram a produzir ainda menos, aumentando a fome e a miséria no continente.

Os preços foram pressionados pela enorme demanda por produtos agrícolas antes da crise financeira internacional. Com a retração econômica, houve contenção nos reajustes dos fertilizantes, mas isso deve ser temporário. A tendência de alta é motivada por fatores estruturais, como a crescente demanda de grãos para produção de biocombustível, para alimentação animal e para abastecer os mercados emergentes. Os preços da energia, sobretudo gás natural, e do frete também impactam os preços. De janeiro de 2007 a janeiro de 2008 o preço do fosfato de dimônio passou de US\$ 252 para US\$ 752 a tonelada, enquanto a ureia granulada saltava de US\$ 272 para US\$ 415 no mesmo período. Já a tonelada do muriático de potássio teve o preço aumentado de US\$ 172 para US\$ 352, enquanto o milho, para ficar só num exemplo de cultura agrícola, subiu de US\$ 3,05 para US\$ 4,28 o bushel (1 bushel = 27,2155 kg).



Para produzir os **nitrogenados**, é preciso retirar o nitrogênio da atmosfera, transformá-lo em compostos como os descritos abaixo e combiná-los com cálcio e outros minerais, o que demanda energia, obtida do petróleo e do gás natural.



Mas há dois tipos de nutrientes cuja absorção ou não ocorre de forma direta ou não é rápida o bastante para cultivos em larga escala: os **nitrogenados** e os **minerais**, em especial fósforo e potássio.

O **fósforo** e o **potássio** são retirados de minas e processados para, misturados aos compostos nitrogenados, completarem as fórmulas oferecidas pelas indústrias.

### A composição dos fertilizantes

Na natureza, as plantas utilizam os gases da atmosfera e os nutrientes existentes no solo para sua subsistência.



## Governo identifica oligopólio no setor

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento concluiu que as multinacionais Bunge, Mosaic e Yara montaram um oligopólio no setor brasileiro de fertilizantes e são as maiores responsáveis pelos altos custos de produção da agricultura nacional.

Elas influenciam o mercado brasileiro aumentando ou baixando os preços dos seus produtos fabricados no país e no exterior (as unidades dessas empresas no exterior vendem boa parte do fertilizante importado pelo Brasil).

Conforme estudo do ministério, o oligopólio teve início em 1992, quando a produção da matéria-prima foi privatizada. Até então, a Petrobras tinha o monopólio da produção nacional, por meio das suas subsidiárias Fosfértil e Ultrafértil.

As duas empresas foram vendidas para uma única companhia, a Fertifós. A partir daí, a Bunge começou a adquirir ações dessa empresa e de outras companhias menores. Hoje, a Bunge possui 52,31% da Fertifós e 58,62% da Fosfértil, de acordo com a análise. A Yara (13,76%) e a Mosaic (23,98%) são minoritárias na Fosfértil, mas têm poder de veto.

Com a união da Bunge e da Fosfértil, a mesma empresa controla a matéria-prima e a indústria. Em 2007, a receita da Fosfértil aumentou 17%, chegando a R\$ 2,4 bilhões e o lucro cresceu 93% em relação a 2006, fechando o ano em R\$ 443 milhões.

O estudo foi apresentado em dezembro de 2007 à Câmara de Comércio Exterior (Camex), que decidiu acionar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), uma vez que a questão envolve concentração de mercado.

Para minimizar o problema, a Camex decidiu suspender por um ano a sobretaxa antidumping de 32,1% aplicada sobre as importações de nitrato de amônio da Rússia e da Ucrânia. A suspensão da sobretaxa vigora até novembro deste ano.

Segundo o ministério, a solução definitiva passa pela autossuficiência. Com os fertilizantes nitrogenados isso deve ocorrer em até dez anos, basicamente pela decisão da Petrobras de investir mais no setor (*veja ao lado*). Já para o potássio a solução parece mais distante: o país importa 95% desse componente e as minas de Nova Olinda (AM) e Sergipe nem sequer foram avaliadas. O ministério ainda quer analisar a ocorrência de potássio no recôncavo baiano. Com relação ao fósforo, as minas brasileiras seriam suficientes, mas precisam ser mais bem exploradas.

## Mercado movimentado US\$ 7,5 bilhões no Brasil

O mercado de fertilizantes no mundo movimentava cerca de US\$ 60 bilhões anuais – US\$ 7,5 bilhões (12,5%) no Brasil, onde as lavouras de soja (33%), milho (17%), cana-de-açúcar (15%), café (8%) e algodão herbáceo (5%) respondem por 78% do consumo. Hoje o país importa cerca de 74% dos fertilizantes que usa.

Em 2008 os produtores rurais brasileiros compraram 22,4 milhões de toneladas, das quais apenas 8,9 milhões produzidas no país, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda).

Ainda segundo a Anda, de janeiro a março de 2009, houve uma queda de 23,7% no consumo e uma redução de 28,5% da produção nacional e de 82,5% de importação de fertilizantes em comparação com o mesmo período de 2008, o que significa uma significativa redução no investimento dos produtores rurais, seja diminuindo a área de plantio, seja usando menos fertilizantes na superfície plantada.

Nas compras de fertilizantes, o Paraná lidera com 20,1% das aquisições, acima de Mato Grosso (15,9%), Minas Gerais (14,9%) e São Paulo (14,7%).

O Banco do Brasil já liberou mais de R\$ 2 bilhões para compra de insumos para a produção de soja e milho da safra 2009/2010.



Comissão de Agricultura, presidida por Valter Pereira (2º à esq.), realizou debate no mês passado sobre preços de fertilizantes. Para ele, fornecedores "sujeitam o mercado"

## Valter Pereira propõe fim de cartel e obrigação de explorar minas

O senador Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), está convicto de que a cartelização do setor de fertilizantes, no Brasil e no mundo, está na base de boa parte dos problemas dos produtores agrícolas.

– As empresas pactuam preços e sujeitam o mercado, valendo-se, quando lhes interessa, da redução na produção e do controle das jazidas existentes, que elas mantêm, mas não exploram – afirma.

Outro fator que agrava o problema é a liberação atrasada do crédito para os produtores.

– O atraso do dinheiro do financiamento faz o produtor ficar sem tempo e sem condições de negociar e cair de vez nas garras das multi-

nacionais – explica.

Segundo ele, a solução seria o Executivo agir de todas as formas para apoiar o agricultor – crédito antecipado, investimento da Petrobras, apoio às cooperativas. E que o Legislativo aprovasse um novo marco regulatório para o setor de mineração, a fim de obrigar as empresas a explorarem as minas das quais têm concessão. Valter Pereira acrescentou que pretende, em breve, apresentar à CRA projeto nesse sentido.

O senador defende ainda a permissão da importação direta de fertilizantes pelas cooperativas agrícolas, evitando os atravessadores.

Gerson Camata (PMDB-ES) também mostrou preocupação com a questão. Para o senador, o Código de Mineração brasileiro "é muito permissivo", já que concede dez anos de prazo para a prospecção e mais dez para a exploração, prorrogáveis por mais cinco anos.

Camata afirmou ter pedido ao governo um projeto de mudanças no código para obrigar as empresas a explorarem as minas descobertas em até seis meses, sob pena de terem que ceder o direito de exploração a outras empresas.



Camata: Código de Mineração, que dá dez anos de prazo para exploração de jazidas, "é muito permissivo"

## Cooperativas encontram possível reserva de fósforo em Mato Grosso

Cooperativas de produtores de soja e milho de Mato Grosso acabam de encontrar fortes indícios da existência de uma grande jazida de fósforo na região de Planalto da Serra (MT). Gilson Ferruccio Pinesso, presidente da Cooperativa dos Produtores do Centro-Oeste (Cocentro), se disse muito otimista com a descoberta.

– Quando a água bateu no poço, o preço dos fertilizantes nas alturas, resolvemos nos organizar e tentar fazer alguma coisa. Numa parceria com associações de produtores, contratamos geólogos, pedimos licença ao Ministério de Minas e Energia e apoio ao Ministério da

Agricultura, que investiu R\$ 1,5 milhão. E valeu a pena: é possível que tenhamos encontrado uma imensa jazida de fósforo do tipo sedimentar, o melhor que existe, a uma profundidade de apenas seis metros.

Segundo Pinesso, foram investidos R\$ 4,5 milhões. Os produtores se organizam agora para constituir uma empresa para explorar a mina, que fica próxima aos principais estados consumidores: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná. Em seis meses, eles esperam ter certeza do tamanho das reservas de fósforo e passar à produção e à distribuição do produto.

## CNA: é preciso reduzir dependência externa

Estímulos para o aumento da capacidade nacional de produção de matérias-primas, criação de um órgão regulador agrícola, ações junto a outros países e mudanças tributárias são as propostas defendidas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), para reduzir a dependência externa e o preço dos fertilizantes.

Apesar da queda do custo dos fertilizantes nos últimos meses, segundo a CNA o preço dos produtos agrícolas caiu ainda mais, o que pode dificultar o fechamento das contas para a produção da próxima safra (2009/2010).

Para reduzir a dependência externa, o governo teria que estimular a produção fora das esferas das grandes empresas que hoje dominam o mercado. A proposta é que seja ofertado crédito às misturadoras de adubos e às pequenas produtoras de fertilizantes, além do aumento da participação da Petrobras na produção de adubos nitrogenados. A CNA defende ainda ações articuladas com outros países onde o custo também é alto.

O fim da cobrança do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante, que taxa em 25% o custo do frete dos fertilizantes importados, e a isonomia tributária entre os fertilizantes produzidos no Brasil e os importados (ao contrário da indústria brasileira, os importadores não pagam o ICMS) também estão na lista de medidas defendidas pela CNA para resolver o problema.

Projeto de Kátia Abreu para isentar os fertilizantes e defensivos agrícolas do adicional de frete (PLS 237/08) está em fase de recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Econômicos.



Projeto da senadora Kátia Abreu isenta os fertilizantes e defensivos de adicional de 25% sobre o custo do frete

## Uso de calcário diminui necessidade de adubo

Uma das sugestões do Centro Internacional pela Fertilidade do Solo e Desenvolvimento Agrícola para o problema do preço dos fertilizantes é racionalizar o uso desses produtos. Os agricultores podem, por exemplo, recorrer à correção da acidez do solo com calcário para melhorar a absorção de nutrientes pelas plantas e, em consequência, reduzir a quantidade de fertilizante a ser usada, sem diminuir a produtividade.

Segundo pesquisa da professora da Unicamp Cleide de Marco Pereira, a produção de calcário para uso agrícola no Brasil corresponde a apenas um terço da real necessidade dos solos do país, apesar das diversas tentativas de expandir o consumo. Entre as causas está a falta de informações técnicas e econômicas, de fácil acesso a consumidores e produtores de calcário.

Dados da Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (Abracal) mostram que, em 2007, a produção de calcário foi de 21,8 milhões de toneladas e, em 2008, de 21,7 milhões. A expectativa para 2009 é alcançar 22 milhões de toneladas.

meio ambiente

# Metas e punições na política de águas

Comissão promove debate e ouve relato de experiência da União Europeia, onde a legislação exige maior compromisso dos gestores públicos

O estabelecimento de metas, com punições para seu descumprimento, e a existência de um fundo de apoio às ações da política de recursos hídricos. Estas são vantagens da Diretiva Quadro da Água da União Europeia (<http://dqa.inag.pt/index.html>) em comparação à Política Nacional de Recursos Hídricos brasileira, estabelecida pela Lei das Águas (Lei 9.433/97), avaliou o presidente do Instituto da Água de Portugal (Inag), Orlando Borges.

As observações foram feitas em debate na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para que os senadores conhecessem detalhes sobre a experiência europeia em relação à preservação dos recursos hídricos.

A diretiva entrou em vigor em 2000 e também instituiu um fundo para financiar políticas hídricas. Municípios que não adotam práticas ambientalmente sustentáveis não recebem recursos para aplicação em outras áreas e ainda poderão ser multados.

O presidente do Inag observou que a diversidade entre os países-membros constitui uma dificuldade em relação à aplicação da Diretiva na União Europeia, problema semelhante ao enfrentado pelo Brasil devido à diversidade



O português Orlando Borges (E) explica detalhes da legislação europeia para Renato Casagrande (C) e José Machado, presidente da Agência Nacional de Águas

regional. Orlando Borges ressaltou que a água possui um valor, que deve ser assumido por quem a utiliza. Até 2010, informou, a UE definirá o valor a ser cobrado pelo uso dos recursos hídricos de acordo com as diferentes realidades de cada país-membro.

O presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), sugeriu que tais experiências sejam levadas ao âmbito do Mercosul para implementação de políticas hídricas, especialmente no que se refere às águas de rios que cortam mais de um país.

## ANA: água, aqui, não é tratada como prioridade

Um dos maiores desafios para a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos são as diferenças de visão de vários níveis de governo sobre o problema, avaliou o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado.

Ele disse que alguns prefeitos e governadores consideram importante a gerência dos recursos hídricos para políticas de desen-

volvimento, mas isso ainda não acontece na maioria dos estados brasileiros.

Machado ressaltou que a Lei das Águas, que instituiu a política, é resultado de amplo debate no país e institui metas apenas aos gestores públicos. Já a legislação europeia estabelece a obrigatoriedade do cumprimento das metas e impõe punição ao país-membro ineficiente. No Brasil, se

cada estado seguir uma política desarticulada de um plano nacional, observou José Machado, poderá levar muitas décadas para que ocorram avanços.

Ele defendeu integração das propostas relativas aos recursos hídricos e aos problemas de saneamento básico, como falta de tratamento do lixo ou do esgoto, porque essa carência afeta as reservas hídricas.

## Mearim e Itapecuru incluídos na área da Codevasf

Os vales dos rios Mearim e do Itapecuru, no centro-leste do Maranhão, também poderão ser incluídos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), decidiu a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), ao aprovar parecer do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) a projeto de lei (PLC 148/08) de autoria do deputado Carlos Brandão (PSDB-MA). Para Marconi Perillo, incluir na Codevasf os vales do Mearim e do Itapecuru, áreas que estão entre as mais pobres do Maranhão, significa levar à região um novo impulso de desenvolvimento, além de facilitar o melhor manejo dos recursos hídricos.

## CRA discutirá avanço dos biocombustíveis no país

O estágio da pesquisa científica e tecnológica envolvendo matérias-primas alternativas para a produção de biocombustíveis será debatido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A ideia é da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que originalmente pretendia discutir só a questão da cana-de-açúcar, mas acatou sugestão do presidente da comissão, senador Valter Pereira (PMDB-MS), para incluir outras matérias-primas.

Serão convidados para a audiência pública, entre outros, representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e de diversas instituições de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

## Plenário aprova duas comissões externas

O Plenário aprovou dois requerimentos para criação de comissões no Senado. O primeiro, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), pede que seja instituída comissão temporária, composta por 15 senadores – três de cada região – e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, promover debate e propor a adoção de novo pacto federativo no Brasil, caso não seja viável aperfeiçoar o atual. O segundo, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), cria comissão temporária externa com sete membros para verificar os efeitos das enchentes nos municípios da região Norte. O representante amazonense informou que o município de Anamá (AM) “não tem um palmo de terra que não esteja submerso”, inclusive o hospital da cidade está prestes a ser paralisado.

## Após 19 anos, Roraima e Amapá enfim receberão terras

Em votação simbólica, o Plenário aprovou projeto de lei de conversão (PLV 7/09), que detalha quais serão as terras que a União repassará ao estado de Roraima, criado pela Constituição de 1988 e implantado no início de 1991. O relator do PLV, senador Romero Jucá (PMDB-RR), aceitou uma sugestão dos senadores do Amapá (José Sarney, Papaléo Paes e Gilvam Borges) e incluiu emendas – na medida provisória original (MP 454/09) – que também transferem as terras da União para o Amapá, outro estado criado pelos constituintes de 1988. Excluindo as áreas de reserva, todas as terras dos dois estados estão sob a administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) definiu como uma conquista histórica para Roraima a aprovação da MP, que agora vai à sanção.

## ambiente legal

### Obama lança plano para reduzir emissões

O presidente norte-americano, Barack Obama, apresentou na terça-feira passada um plano de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa que estabelece um padrão de limites de poluição para veículos nos Estados Unidos.

Consideradas “históricas” por especialistas, as novas regras, válidas a partir de 2012, preveem corte de 30% nas emissões de automóveis e caminhões leves até 2016.

### Montadoras dos EUA decidem apoiar mudanças

O plano de Obama ainda precisa ser aprovado pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA e pelo Departamento de Transportes. A indústria automobilística vinha resistindo às mudanças, mas, diante da crise econômica e do fato de necessitar da ajuda do governo, decidiu apoiar as propostas.

### Brasil adia medidas para segundo semestre

No Brasil, contrariando as expectativas do próprio ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Conselho Nacional do Meio Ambiente adiou a aprovação de normas de inspeção de veículos para controlar a emissão de poluentes. Antes, serão oferecidos cursos para orientar indústrias, motoristas e órgãos responsáveis pela área ambiental.

### Os pontos que estarão em debate

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, os próximos meses serão destinados a debater quatro pontos relacionados ao programa de controle de emissão: volume e característica da frota a ser inspecionada; execução e planejamento dos planos estaduais; limite de emissão e forma de medição; primeiras cidades em que a resolução será aplicada.

### São Paulo e Rio já servem de referência

Pelos planos do ministério, veículos muito poluentes serão proibidos de circular até realizarem as adaptações necessárias. Outras penalidades, como multas ambientais, poderão ser adotadas. A cidade de São Paulo e o estado do Rio de Janeiro já praticam a inspeção veicular. A frota paulistana começou a ser examinada neste ano, uma década depois do Rio.

## decisões

### Consumidor ganha prazo maior para se arrepender de compra

Com a finalidade de fortalecer os mecanismos de defesa do consumidor, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou proposta para ampliar de sete para 15 dias o prazo para arrependimento do consumidor, quando a compra de produto ou contratação de serviços for feita a distância (pela internet, pelo telefone, por exemplo).

De acordo com a proposta, o consumidor que se arrepender, dentro desse novo prazo, tem direito a receber de imediato os valores já pagos, uma vez que o direito de arrependimento se caracteriza por prescindir de motivo e ser isento de qualquer ônus financeiro. No caso de contratação de serviços, esse

direito somente poderá ser exercido até o início da execução ou do fornecimento do serviço contratado.

Oriundo da Câmara dos Deputados (PLC 182/08), a proposta tramitou na CMA com parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que entendeu ser pertinente o aumento do prazo para arrependimento.

Na visão do relator, no caso de operações de compra ou contratação realizadas fora dos estabelecimentos comerciais ou de serviços do fornecedor, podem ocorrer divergências entre o produto e a informação ou a publicidade recebida pelo consumidor, bem como defeitos ou disfunções não observadas anteriormente.

### Presidente da Ancine defende "aumento radical" dos cinemas

"Estamos convencidos de que é preciso ampliar radicalmente o número de salas de cinema no Brasil, levando-as, por meio de empreendedores privados, a todas as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes e situando-as em locais de grande circulação da população de classe C." A afirmação é do presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel Neto, durante debate com os senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que examinou a indicação presidencial que propõe sua recondução ao cargo.

Rangel observou que desde 2005 a agência tem apoiado os cinemas de uma e duas salas com recursos do Prêmio Adicional de

Renda, na manutenção das salas e dos programas de formação de público. Informou ainda que, em 2008, a Ancine realizou grande campanha promocional de valorização do filme brasileiro e de estímulo à frequência às salas de cinema, tornando o filme nacional mais acessível a todos.

Glauber Piva Gonçalves, indicado a um cargo de diretor da Ancine, criticou a falta de interesse pelo filme nacional. Segundo ele, das pessoas que foram ao cinema em 2008, apenas 10,16% assistiram a um filme nacional. Um dos principais problemas é o fato de o Brasil, com quase 200 milhões de habitantes, ter apenas 2.278 salas de cinema distribuídas em 409 municípios.

## agora é lei

### Estoques de DDT devem ser incinerados até 15 de junho

Desde 15 de maio é proibido fabricar, importar, exportar, manter em estoque, comercializar e usar DDT – o diclorodifeniltricloreto – no país. A partir dessa data, os estoques de produtos contendo DDT existentes no país deverão ser incinerados no prazo de 30 dias, com os cuidados necessários a fim de impedir a poluição do ambiente e os riscos para a saúde humana e animal.

De acordo com a Lei 11.936/09, publicada em 15 de maio e que tramitou no Congresso durante dez anos, o governo terá prazo de dois anos para realizar estudo de avaliação do impacto ambiental e sanitário causado pelo uso de DDT para controle de vetores de doenças humanas na Amazônia.

O DDT é uma substância química prejudicial à saúde das pessoas e dos animais e ao meio ambiente. O produto representa importante risco ecotoxicológico, contamina o solo, a água e o ar e está diretamente relacionado à extinção de insetos, peixes, aves, mamíferos e outras espécies animais, podendo permanecer no ambiente por dezenas de anos sem se degradar.

Por ser altamente volátil, é levado para a atmosfera e conduzido até os polos, por exemplo. Pesquisas indicam a presença de DDT até em pinguins do Ártico, área nunca submetida à aplicação do produto. A partir da década de 1980, o Brasil suspendeu a fabricação do DDT em consequência da proibição de seu uso na agricultura.

## trabalho

# Micros garantem cofre cheio da Previdência

Ministro revela, em debate na Comissão de Assuntos Sociais, que 60% dos trabalhadores com carteira assinada estão vinculados ao Simples Nacional

A formalização dos micros e pequenos empreendedores será o grande tema previdenciário dos próximos cinco anos. O prognóstico foi feito pelo ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, 60% dos trabalhadores com carteira assinada estão vinculados a contribuintes do Simples Nacional, sistema que já reúne 3,14 milhões de empresas no país.

Segundo José Pimentel, as contribuições oriundas do Simples Nacional foram responsáveis por livrar a Previdência de uma eventual queda de receita em tempos de crise financeira mundial. Em abril passado, a receita cresceu 5,9%, contra um aumento de



Segundo Pimentel, contribuições do Simples Nacional ajudaram a Previdência Social e se livrar de uma queda na receita causada pela crise econômica mundial

5,3% das despesas. O equilíbrio nas contas da Previdência foi uma das preocupações levantadas pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS.

O ministro Pimentel assegurou que não há risco de os R\$ 39

bilhões a serem gastos com os segurados especiais – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e remanescentes de quilombolas – serem tomados como rombo da Previdência Social em 2009.

### Isenção do IR para idosos que recebam até dez mínimos

Pessoas com 70 anos ou mais que ganhem até dez salários mínimos poderão ser isentas do Imposto de Renda. É o que determina projeto (PLS 480/08) de Neuto de Conto (PMDB-SC) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto ainda será votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Neuto de Conto, com a aprovação, o Senado faz justiça ao cidadão que produziu durante tantos anos para o país e agora necessita de recursos para compra de medicamentos e gastos com hospitais e enfermeiros. Pelo projeto, a isenção começa no mês em que o idoso completa 70 anos.

O total da renúncia fiscal com o benefício deve ser incluído em demonstrativo anexo ao projeto de lei orçamentária.

O relator Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou que o aumento do



Neuto de Conto acredita que medida faz justiça ao cidadão que produziu para o país durante tantos anos

limite de isenção para os idosos é bem-vindo e permite maior disponibilidade de renda numa fase da vida em que as despesas com saúde aumentam consideravelmente.

Paulo Paim (PT-RS) considerou adequado o limite de dez salários mínimos, por não impedir que idosos com maior capacidade contributiva permaneçam na ativa.

### Pai de deficiente poderá faltar ao trabalho para ajudar filho

O empregado que for pai, mãe ou responsável por pessoa com deficiência poderá faltar ao trabalho até sete dias por ano para acompanhar ou prestar assistência ao dependente.

É o que prevê projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado na semana passada pela CDH. Agora, a proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

De acordo com a proposta (PLS 522/07), o empregado

deverá comunicar a ausência ao trabalho com, pelo menos, dois dias de antecedência. Os casos de urgência serão considerados exceção, conforme prevê o texto, e poderão ser informados ao empregador quando o funcionário retornar às suas atividades.

O projeto estabelece também que se houver um único genitor ou responsável legal, o prazo de sete dias será ampliado para 14 dias. Nessa hipótese, o empregado terá desconto de sete dias em suas férias.

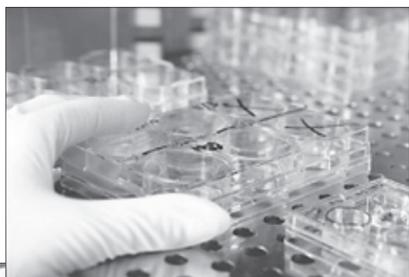
### Comissão aprova novo plano de cargos do TCU

Projeto que altera o plano de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU) foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e agora vai ao Plenário.

A proposta (PLC 59/09), alega o TCU, tem o objetivo de corrigir defasagem salarial dos funcionários, para tentar "evitar a evasão de técnicos altamente qualificados, resultante de diferenças e defasagens salariais hoje existentes, quando se considera igual categoria em outras carreiras". Relator, o senador Marco Maciel (DEM-PE) disse que o ajuste justifica-se pela importância do trabalho executado pelos servidores.

### Regulamentação das profissões da área de estética

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debateu a regulamentação de profissões relacionadas à estética (cabeleireiro, barbeiro, esteticista, depilador e assemelhados). A ideia é buscar pontos de convergência nas posições do Ministério do Trabalho e do Congresso, para evitar vetos presidenciais ao projeto (PLC 112/07). Participaram a coordenadora de Registro Profissional do Ministério do Trabalho, Solange Mescouto; a diretora da Confederação Nacional dos Trabalhos em Turismo e Hospitalidade, Maria dos Anjos Hellmeister; e o assessor da Confederação Nacional do Comércio, Antonio Lisboa Cardoso.



Na opinião de professores e pesquisadores, além de aumentar a produção, há muito o que fazer em termos de qualidade, para que, cada vez mais, os trabalhos brasileiros sejam referência internacional

# Produção aumenta e ciência brasileira vive ciclo virtuoso

País alcança o 13º lugar no ranking da produção científica mundial e número de teses e trabalhos publicados aumenta 56% entre 2007 e 2008

No ano passado, o Brasil superou a Holanda e a Rússia e subiu para a 13ª posição em ranking internacional da produção científica, que compara o número de trabalhos publicados pelos pesquisadores de cada país em revistas e jornais especializados. O resultado é fruto de um crescimento de 56% no número de teses e estudos elaborados entre 2007 e 2008 e foi anunciado, com visível entusiasmo, pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, no início deste mês.

Em 2008, o número de artigos científicos publicados no Brasil foi de 30.451, em comparação com os 19.436 publicados em 2007. Estados Unidos, China, Alemanha,

Japão e Inglaterra são os cinco primeiros colocados no ranking, seguidos de França, Canadá, Itália, Espanha, Índia, Austrália e Coreia do Sul (confira nesta página).

O indicador mostra o esforço nacional e o vigor das universidades federais – celebrou Haddad, para quem, mantido esse ritmo, o Brasil poderá figurar em pouco tempo entre os dez maiores produtores de conhecimento científico. Incentivar a atuação dos pesquisadores é atribuição do MEC, por meio de sua Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que no ano passado investiu mais de R\$ 856 milhões em bolsas de estudo dentro e fora do país (veja ao lado).

Longo caminho para melhorar a qualidade. Entre os 180 países do ranking, nenhum registrou um crescimento da produção científica que se aproximasse do índice brasileiro. Para professores e pesquisadores, o feito é notável, mas ainda há muito a melhorar em outros quesitos, como a qualidade. O Brasil continua abaixo da média mundial em número de citações que um estudo gera após ser publicado, índice importante para demonstrar a relevância do trabalho. Outro entrave apontado são as amarras burocráticas a que estão submetidas as universidades federais. Nesse quesito, o Congresso tem um ponto: o incentivo à pesquisa é essencial ao desenvolvimento econômico e social. Tanto é verdade que o presidente Barack Obama pretende cumprir sua promessa de campanha de dobrar os recursos do governo norte-americano para pesquisa e produção científica.

## Longo caminho para melhorar a qualidade

Entre os 180 países do ranking, nenhum registrou um crescimento da produção científica que se aproximasse do índice brasileiro. Para professores e pesquisadores, o feito é notável, mas ainda há muito a melhorar em outros quesitos, como a qualidade. O Brasil continua abaixo da média mundial em número de citações que um estudo gera após ser publicado, índice importante para demonstrar a relevância do trabalho. Outro entrave apontado são as amarras burocráticas a que estão submetidas as universidades federais. Nesse quesito, o Congresso tem um ponto: o incentivo à pesquisa é essencial ao desenvolvimento econômico e social. Tanto é verdade que o presidente Barack Obama pretende cumprir sua promessa de campanha de dobrar os recursos do governo norte-americano para pesquisa e produção científica.

## No Senado, projetos incentivam desenvolvimento científico

Dois projetos em tramitação no Senado podem contribuir para que o país amplie sua produção científica. O PLS 250/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO), modifica a chamada Lei de Inovação (10.973/04), permitindo que a União “e suas entidades autorizadas” (por exemplo, os bancos públicos) possam participar, minoritariamente, do capital de empresa privada criada para desenvolver projetos científicos ou tecnológicos com fins comerciais. Os lucros seriam divididos de acordo com a participação acionária de cada sócio, inclusive o governo.

### União poderia participar de empresa privada de pesquisa

“É de fundamental importância a explicitação em lei da autorização para a produção e comercialização de produtos ou processos inovadores. Afinal, o conhecimento, as criações, a propriedade intelectual, assim como a capacidade de realizar pesquisa e prestar serviços tecnológicos e científicos são os principais ativos

com os quais as instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento podem contar”, explica Raupp.

Já o PLS 409/03, do senador licenciado Hélio Costa, hoje ministro das Comunicações, obriga as instituições de ensino superior privadas a criarem uma fundação para desenvolvimento científico, pesquisa e capacitação. A fundação, com sede em Brasília, poderia manter centros de pesquisa em qualquer ponto do país e seria financiada por contribuições mensais de universidades, faculdades e institutos de educação (2% do faturamento) e de centros universitários (3%).

“Quem conhece o ensino superior privado sabe que a pesquisa nessa vertente praticamente não existe, fato que corrobora o estigma de que a universidade particular não se preocupa com a qualidade do seu ensino”, argumenta Hélio Costa.



Valdir Raupp e Hélio Costa propõem investimento em pesquisa com fontes diferentes de financiamento: o Estado e as instituições privadas de ensino superior

# Capes investe R\$ 856 milhões em bolsas de estudo

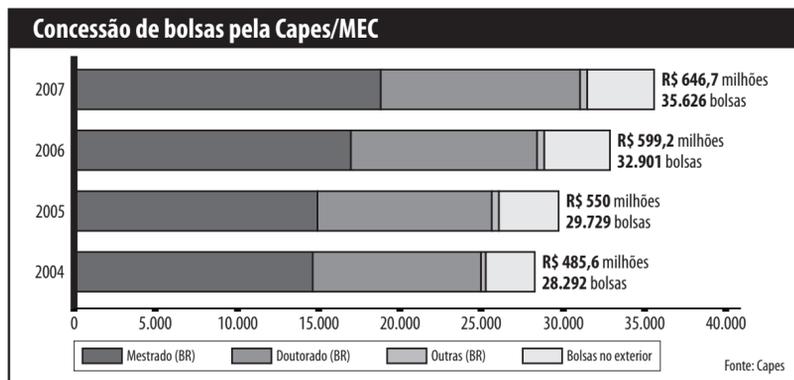
O que está sendo chamado por alguns de “ciclo virtuoso da ciência brasileira” não é mera obra do acaso, ou apenas uma fase especialmente fértil dos pesquisadores nacionais. É resultado de uma política de Estado que vem sendo implementada há anos e que agora produz seus frutos de forma mais visível. Responsável por financiar 60% das bolsas de pós-graduação oferecidas pelo governo federal (41 mil no Brasil e 4.200 no exterior, em 2008), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do MEC, por exemplo, viu seu orçamento nesse quesito subir 76% em apenas cinco anos.

A Capes investiu no ano passado R\$ 856,9 milhões apenas na concessão das bolsas de estudo (veja quadro), que se somam aos R\$ 227 milhões aplicados em fomento à pesquisa. É mais de R\$ 1 bilhão para ajudar os cientistas a desenvolverem seus trabalhos, dentro e fora do país.

Criada em 1951, a Capes é uma autarquia do Ministério da Educação que atua na formação e ampliação do número de mestres e doutores, uma das prioridades da Política Nacional de Educação e de Ciência e Tecnologia. Em 2008, a Capes avaliou e incentivou o funcionamento de 3.600 cursos de pós-graduação e ampliou o Portal

de Periódicos. Segundo o presidente da instituição, Jorge Guimarães, 2008 foi marcado não só por essas conquistas, mas também por novos desafios, como o de ampliar a formação e qualificação de professores de educação básica, por orientação do ministro Fernando Haddad.

Na pós-graduação, o principal marco da atuação da Capes foram as ações para suporte ao desenvolvimento de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas, em termos de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, de segurança nacional e sociais – disse Guimarães, citando, entre outras, as áreas de TV digital, defesa nacional, engenharia e nanobiotecnologia.



## Pesquisador critica excesso de burocracia

Diretor do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), o professor Luiz Afonso Bermudez celebra o aumento da publicação de trabalhos científicos brasileiros no exterior, mas acredita que, com os mesmos recursos, os resultados poderiam ser ainda melhores. Ele diz que o Congresso pode ajudar muito livrando o setor de pesquisa de alguns entraves burocráticos.

Para sair do país e participar de um evento científico, nosso pesquisador, de qualquer instituição federal de ciência e tecnologia, tem que publicar no Diário Oficial o seu afastamento. É o que diz a Lei de Inovação, aprovada há poucos anos pelo Congresso – informa o professor, referindo-se à Lei 10.973/04.

O próprio Bermudez tinha agendado a participação em um congresso científico neste mês e a UnB teve que pagar para publicar, no DO, a autorização dada pelo ministro da Educação, como exige a lei. “É um resquício dos tempos ditatoriais e da tradição burocrática. Nisso o Congresso tem culpa porque poderia ter removido essa cláusula. Discutimos isso durante a elaboração da Lei de Inovação, mas não conseguimos convencer os parlamentares – recorda Bermudez.

Outro entrave que pode ser resolvido com uma mudança na legislação, diz o pesquisador da UnB, é em relação aos acordos internacionais.

A autonomia universitária, nesse ponto, não foi implementada. Para fazermos qualquer acordo de cooperação internacional, é preciso a participação do Itamaraty [Ministério das Relações Exteriores] e de uma autorização do Congresso. No mundo de hoje não há mais sentido um acordo para discutir questões tecnológicas precisar da aprovação de uma comissão parlamentar nacional – avalia o diretor do CDT.

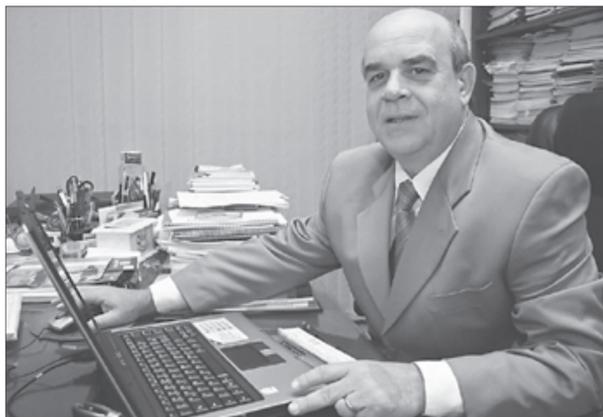
Segundo Bermudez, a melhoria do Brasil no ranking deve ser atribuída ao trabalho “de muitos anos”, mas o número de eventos científicos no

país e a participação de pesquisadores brasileiros em eventos no exterior ainda é baixo.

Esse crescimento é reflexo, sim, da decisão de perenizar, mesmo com poucos valores, o apoio à pesquisa. Mas, dado o volume do investimento, a produção científica poderia ser muito maior.

De acordo com o último ranking da Capes, a UnB está em 12º em número de artigos publicados.

Estamos bem posicionados, com produção bem diversificada, mas focada naturalmente nas áreas em que temos maior capital humano e melhores condições técnicas, como tecnologia da informação, biotecnologia, ciências materiais, humanas e de desenvolvimento sustentável.



Bermudez explica que, entre outros problemas burocráticos, a Lei de Inovação obriga pesquisadores brasileiros a publicarem seu afastamento no Diário Oficial para ir a eventos científicos internacionais

## Portal traz conhecimento mundial ao país

O avanço brasileiro na classificação de produção científica deve ser atribuído maciçamente às universidades e aos centros de pesquisa, mas não se pode ignorar, no entanto, que o apoio (especialmente financeiro) das agências federais à pesquisa e à formação de recursos humanos teve papel relevante.

Um dos maiores exemplos foi a consolidação do portal “Periódicos”, da Capes, que garante aos cientistas, pesquisadores e estudantes brasileiros acesso livre ao conhecimento gerado no mundo. Quando foi criado, em 2000, o portal (www.periodicos.capes.gov.br) oferecia 1,8 mil títulos. Atualmente, o número de publicações que podem ser acessadas já passa de 13 mil. O mesmo site da internet dispõe de 126 bases de dados referenciais e seis bases exclusivamente voltadas para a questão das patentes.



Para chegar a esse resultado, foi preciso investimento. Apenas no ano passado, a Capes injetou R\$ 75,5 milhões no portal. Com isso, foi vertiginoso o salto no número de acessos: de 1,7 milhão nas bases de texto completo e 1,3 milhão nas bases referenciais para 21,1 milhões e 39,6 milhões, respectivamente, somando mais de 60 milhões de pesquisas e downloads no ano passado.

Em visita ao Congresso em abril, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, afirmou que os investimentos públicos este ano em ciência, tecnologia e inovação devem somar 1,25% do PIB (R\$ 4 bilhões) e que, para 2010, trabalha com a meta de 1,5% do PIB. Rezende espera também que a iniciativa privada aumente seus gastos, atingindo no próximo ano 0,65% do PIB (hoje, está em 0,51%).

## Decisão do TCU estaria esvaziando laboratórios

As duas maiores entidades que reúnem os cientistas brasileiros fizeram, na semana passada, um alerta: o Brasil está ameaçado de ter praticamente paralisadas as suas atividades de pesquisa.

E a responsabilidade recairia sobre um acórdão (decisão) do Tribunal de Contas da União (TCU), do ano passado, cujo objetivo seria impedir que fundações de apoio criadas pelas universidades federais pudessem ser usadas para esquemas de desvio de recursos públicos, como os que foram noticiados no ano passado em vários estados, inclusive no Distrito Federal.

Tal acórdão nega às fundações de apoio seu papel legítimo, criando impasses à inovação tecnológica e ao futuro do Brasil, ao tempo em que gera um formalismo e um burocratismo excessivo sobre as finalidades mais nobres das instituições e a inteligência libertadora, única possibilidade de construção, pelo conhecimento, de uma nação inovadora e soberana – advertiu o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Jacob Palis, em documento assinado em

conjunto com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Segundo denunciam as duas entidades, as regras impostas pelo TCU impedem as fundações de apoio de receberem diretamente recursos para projetos, como vinha ocorrendo, o que teria causado escassez dos recursos para a investigação científica e aumentado a burocracia

na aprovação e implementação dos trabalhos.

Como disse ao Jornal do Brasil o presidente da SBPC, Marco Antonio Raupp, cientistas têm abandonado o trabalho nos laboratórios e retornado às salas de aula, com medo de verem sua atuação questionada pelos auditores do TCU.

Eles temem gerir projetos por causa da falta de segurança jurídica advinda de interpretações conservadoras da lei das fundações – analisa Raupp, citando, entre outros projetos ameaçados de paralisação, o desenvolvimento do trem de levitação magnética do Rio de Janeiro e os estudos para a exploração de petróleo na camada pré-sal.

### “Rigor e formalismo excessivos” preocupam pesquisadores

## Ranking de produção científica

PAÍS	ARTIGOS
1º EUA	304.739
2º China	89.950
3º Alemanha	76.320
4º Japão	73.569
5º Inglaterra	70.991
6º França	54.208
7º Canadá	46.941
8º Itália	43.598
9º Espanha	34.299
10º Índia	29.719
11º Austrália	29.535
12º Coreia do Sul	27.269
13º BRASIL	19.436
14º Holanda	24.797
15º Rússia	25.660





JONAS PEREIRA

Procurador Sérgio Sulama, senador Magno Malta e delegados da Polícia Federal no anúncio da Operação Turko, em São Paulo

## Presos dez acusados de pornografia infantil

Com a ajuda da CPI da Pedofilia, Polícia Federal faz primeira operação depois da lei que prevê prisão para quem tem material pornográfico

Com base em informações da CPI da Pedofilia, a Polícia Federal realizou operação para combater a pornografia infantil na internet, a chamada Operação Turko – um anagrama de Orkut, nome do principal site de relacionamentos utilizado por pedófilos para atrair suas vítimas.

No Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, 18 de maio, 400 policiais cumpriram 92 mandados de busca e apreensão em 20 estados e no Distrito Federal. Dez pessoas foram presas, sendo uma no Espírito Santo, uma em Penambuco, uma na Paraíba, duas no Rio Grande do Sul e cinco em São Paulo.

A prisão dos suspeitos se tornou possível graças à Lei 11.829/08, proposta pela CPI da Pedofilia, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990) para tornar crime a posse de material pornográfico infantil.

A Operação Turko é a primeira grande investigação realizada pela Polícia Federal para combater a pornografia infantil na internet após a entrada em vigor da Lei 11.829/08.

Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, afirmou que a operação foi um sucesso. Ele lembrou que a investigação foi

feita com base nos dados do portal de relacionamentos Orkut, fornecidos pela empresa Google depois que a CPI pediu a quebra de sigilo de usuários suspeitos.

O senador disse que “o Brasil é um paraíso de pedófilos” e ressaltou que a Operação Turko só foi possível graças à lei proposta pela CPI e sancionada pelo presidente Lula, que recebeu um prêmio da Organização das

Nações Unidas pela sanção.

Magno Malta agradeceu a participação da sociedade no combate à pedofilia, em especial dos meios de comunicação e dos artistas.

**Operação Turko: 400 policiais cumpriram 92 mandados**

## Bloqueio de compra de material pornográfico com cartão

A CPI da Pedofilia criou um grupo de trabalho para desenvolver uma ferramenta que permita o bloqueio da compra de material de pedofilia pela internet com cartão de crédito. A proposta surgiu durante audiência pública para ouvir a Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços.

A discussão também deve incluir a criação de mecanismo que permita às autoridades identificar os portadores de cartões que adquiriram material pornográfico. Uma das possibilidades, segundo Magno Malta, seria a aplicação de dispositivo semelhante ao previsto na Lei de Lavagem de Dinheiro (10.467/02), que atribui

às pessoas jurídicas de diversos setores econômico-financeiros a obrigação de identificar clientes, manter registros das operações e comunicar operações suspeitas. A CPI quer assinar um termo de cooperação com as empresas de cartão, e a primeira reunião do grupo de trabalho já está marcada para amanhã.

### DISCRIMINAÇÃO

A CCJ aprovou projeto para combater novas formas de discriminação na contratação, remanejamento ou promoção do trabalhador. O texto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) incorporou a quase totalidade de dois projetos de lei do Senado (PLS 615/07 e PLS 283/08) sobre o assunto. As novidades incluem a punição por preconceito associado a gênero, orientação e identidade sexual, etnia, religião, deficiência e restrição de crédito. A matéria será votada agora pela Comissão de Assuntos Sociais.

### CRIME NO TRÂNSITO

Quem atropelar ou matar alguém no trânsito poderá ser punido com a prestação de serviços em unidades de resgate, hospitais e clínicas de recuperação que atendem vítimas desse tipo de acidente. A medida deverá ser aplicada nas situações em que o juiz decidir substituir a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. É o que propõe projeto da Câmara (PLC 135/08) cujo parecer favorável do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) foi aprovado pela CCJ. O projeto, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, segue para o Plenário.

### TIMEMANIA

Clubes de futebol cujos dirigentes estiverem respondendo a processo por crime doloso ou contravenção poderão ser impedidos de receber recursos da loteria Timemania. Projeto nesse sentido (PDL 12/08), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovado pela CCJ. Atualmente, a proibição do acesso aos recursos apenas se dá quando o dirigente tenha sido condenado. A loteria foi criada em 2008 para ajudar os clubes brasileiros a quitar suas dívidas com o INSS, o FGTS, a Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

## Em sabatina, senadores criticam conduta de procuradores

A sessão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinada a sabatar indicados para compor os conselhos nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) foi marcada por críticas a condutas de integrantes das duas instituições. Os senadores questionaram sobretudo os procuradores federais, acusados de buscar visibilidade na mídia ou partidizar suas ações, atingindo a honra de pessoas públicas com o vazamento de informações falsas ou sem comprovação.

Quem deu partida às críticas foi o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), ao lembrar falsas notícias na mídia de que os senadores José Agripino Maia (DEM-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) receberam contribuições de campanha sem a devida prestação de contas.

– Jogaram, no mínimo, um caminhão de lama sobre o senador [José Agripino]. As coisas não foram devidamente reparadas – declarou.

Os demais integrantes da comissão fizeram coro às críticas, sustentando que muitos procuradores e juízes extrapolam o uso de suas prerrogativas. Em seguida, cobraram dos indicados sugestões para impedir que os desvios continuem a ocorrer.

José Agripino reforçou o pedido, depois de informar que precisou recorrer ao Supremo Tribunal Federal para ter acesso ao inquérito da operação em que seu nome foi citado.

As indicações dos 12 conselheiros foram aprovadas pela CCJ e os nomes agora serão submetidos ao Plenário. As nomeações são feitas pelo presidente da República.

## Instalada comissão para atualização do CPP

Demostenes Torres (DEM-GO) foi eleito por unanimidade para presidente da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal (CPP), instalada na quarta-feira.

Na vice-presidência estará Serys Slhessarenko (PT-MT), e Renato Casagrande (PSB-ES) foi designado relator.

A comissão vai analisar o projeto da Presidência do Senado (PLS 156/09) que visa atualizar o código (Decreto-Lei 3.689/41) – em vigor há quase 70 anos. A proposta foi elaborada por uma comissão de juristas criada em 2008 a pedido de Casagrande e

coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal de Justiça Hamilton Carvalhido.

Demostenes Torres designou para a sub-relatoria de Inquérito Policial o senador Romeu Tuma (PTB-SP) e para a de Provas o senador Valter Pereira (PMDB-MS). Serys Slhessarenko foi indicada para a de Recursos, Marconi Perillo (PSDB-GO) para a de Medidas Cautelares e Tião Viana (PT-AC) para a de Procedimentos.

A comissão é composta ainda por Marco Maciel (DEM-PE), Papaléo Paes (PSDB-AP), Almeida Lima (PMDB-SE) e Patrícia Saboya (PDT-CE).

### CELULARES NAS PRISÕES

Para combater a simulação de sequestros via telefone e impedir a atuação do crime organizado dentro das prisões, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer do senador Romeu Tuma (PTB-SP) ao projeto que tipifica como crime o ingresso de aparelhos celulares ou rádio comunicador em cadeias e penitenciárias sem autorização legal (PLS 81/08). Pela proposta, quem ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de celulares em cadeias ou penitenciárias estará sujeito a pena de detenção de três meses a um ano. A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados e segue agora para exame do Plenário do Senado.

### ALERTA CONTRA DROGAS

Provedores de acesso a redes de computadores de uso público, inclusive a internet, serão obrigados a inserir em suas páginas mensagens relativas aos danos decorrentes do uso de drogas. Foi o que decidiu a CCJ ao aprovar parecer de Eduardo Suplicy (PT-SP) a projeto de lei do então senador Paulo Octávio (PLS 363/03). A proposta segue agora para análise das comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

### DIVÓRCIO NO EXTERIOR

O prazo para reconhecimento, no Brasil, de divórcio realizado em outro país poderá ser reduzido de três para um ano da data da sentença, caso pelo menos um dos cônjuges seja brasileiro. A novidade está no parecer favorável do senador Renato Casagrande (PSB-ES) ao projeto de lei da Câmara (PLC 74/06) que altera a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Lei 4.657/42). Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei compatibiliza a legislação civil à Constituição e segue agora para exame no Plenário do Senado.

## investigação

# CPI da Petrobras define nomes nesta semana

PSDB, DEM, PDT e PTB já anunciaram informalmente os seus indicados. Mas PMDB e PT devem deixar escolha para a última hora

A instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a Petrobras pode ocorrer nesta semana. Vence na terça-feira o prazo dado pelo presidente do Senado, José Sarney, para que os líderes partidários indiquem os membros da CPI. Os dois maiores partidos de oposição anunciaram os nomes de Alvaro Dias (PSDB-PR), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e ACM Júnior (DEM-BA) como titulares. Para suplentes, foram escalados Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Heráclito Fortes (DEM-PI).

Jefferson Praia (PDT-AM), indicado pelo líder Osmar Dias (PR), e o senador Fernando Collor (PTB-AL), convidado pelo líder Gim Argello (DF), também devem integrar a comissão. A provável divisão da CPI reservará oito lugares para o governo e três para a oposição.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), só deve anunciar os nomes – dois titulares e um suplente – ao final do prazo, aproveitando o tempo para discutir o assunto com a bancada e o Palácio do Planalto. O PT também não formalizou os seus escolhidos.

O prazo para que as indicações sejam apresentadas à Mesa diretora é de cinco sessões, ini-

ciado no último dia 19. Sarney prometeu, como presidente da Casa, manter uma “postura de distanciamento” e cumprir rigorosamente as regras relacionadas ao funcionamento da comissão. A CPI será composta por 11 titulares e sete suplentes e terá 180 dias para realizar o seu trabalho.

O criação da CPI provocou debates fortes durante a semana no Plenário. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), discutiu o assunto por quase duas horas, recebendo dez apartes. Em seguida, foi a vez do líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), ocupar a tribuna por uma hora e meia, ouvindo sete apartes (veja à direita).

Virgílio classificou de “terroristas” os argumentos do governo contra a instalação da CPI, segundo os quais as ações da Petrobras correriam risco de queda. Ele reivindica quatro assentos para a oposição na CPI.

O senador negou que o PSDB queira propor a privatização da Petrobras, frisando que, com a CPI, vai-se “reestatizar a companhia, tirando-a de mãos indevidas, que estão tratando com falta de zelo o dinheiro público”.

– Eu não quero privatizar, eu quero devolvê-la para o domínio do Estado brasileiro – afirmou.

## Oposição reivindica presidência ou relatoria da futura comissão

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) reivindicou a presidência ou a relatoria da CPI da Petrobras, afirmando ser tradição na Casa conceder um desses cargos ao responsável pelo requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito. A seu ver, esse “é o caminho da normalidade, da fiscalização equilibrada, que trará proveito para a Petrobras e fará bem ao Congresso”.

Sérgio Guerra disse “não ser ético” afirmar que o PSDB quer paralisar a Petrobras, como “acusam inescrupulosamente” entidades sindicais que promoveram, no Rio de Janeiro, uma manifestação contra a CPI.

O parlamentar observou que os atuais opositores PSDB e DEM “administraram muito bem” a estatal no governo Fernando Henrique Cardoso, com “respeito aos seus funcionários” e sem “indicações políticas, partidárias e precárias” para dirigir a companhia.

Por sua vez, Eduardo Suplicy

(PT-SP) observou que as centrais e outras entidades de classe podem se expressar livremente e não se deve vincular suas manifestações à representação do PT no Senado.

A divisão de poder dentro da CPI da Petrobras também foi cobrada pelo líder do DEM, José Agripino (RN). Segundo o senador, o DEM e o PSDB já têm um candidato para ocupar a presidência do colegiado, cuja relatoria, atendida essa reivindicação, ficaria com a bancada do governo – a maioria.

Conforme Agripino, a escolha de um opositor para o comando da CPI daria equilíbrio às investigações, dificultando que se tornassem tendenciosas. Na mesma linha de raciocínio, ele pregou a necessidade de livrar a comissão de “emocionalismos”.

– É preciso despolitizar a CPI para que se proteja a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro. Temos de entrar em acordo para uma CPI com patriotismo.



Debates intensos por causa da CPI: Virgílio discursa (ao fundo) e Mercadante e Jucá (D) conversam em Plenário

## Mercadante propõe diálogo em torno do modelo

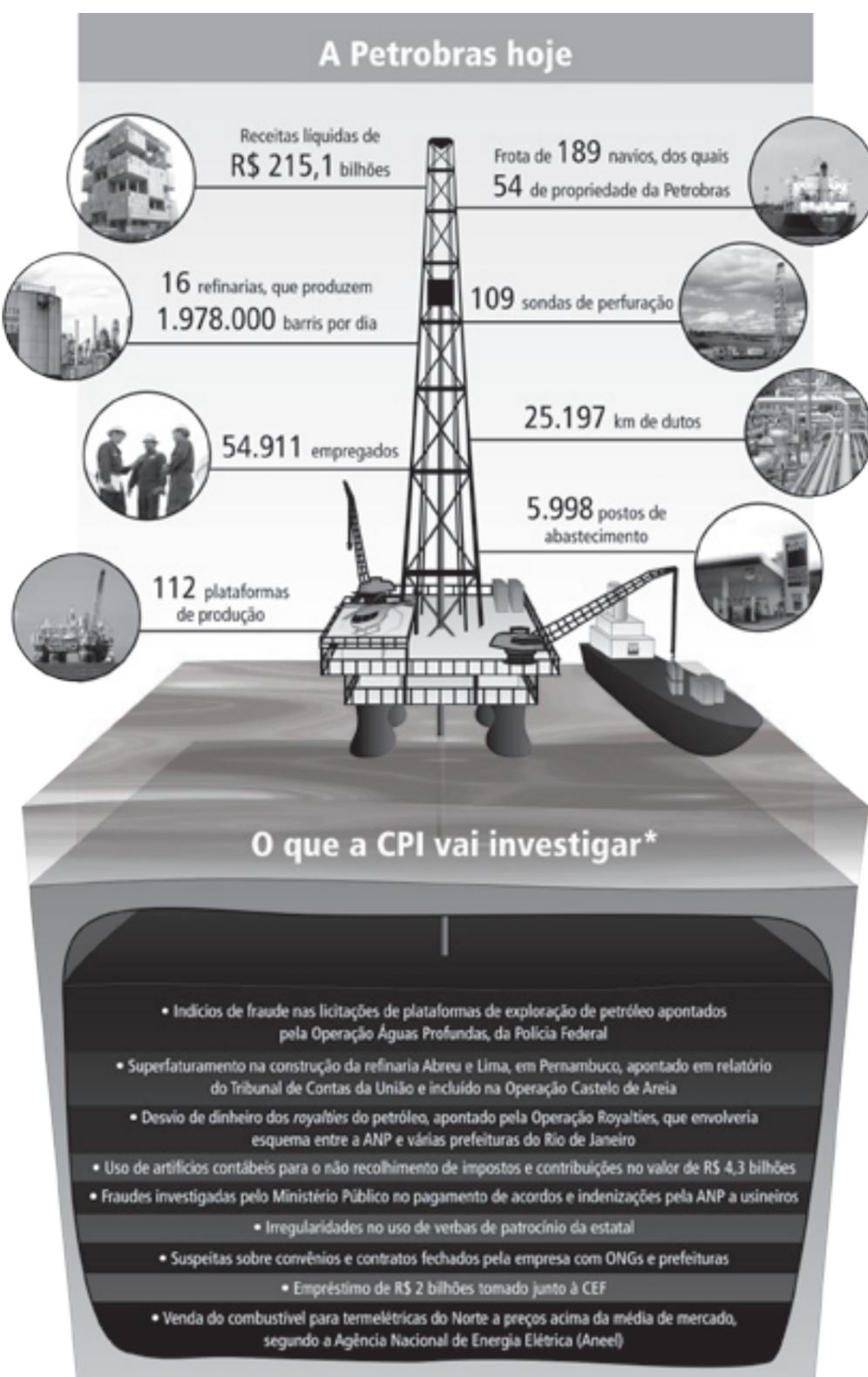
O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), defendeu um diálogo de alto nível entre os parlamentares da base do governo e da oposição durante a CPI da Petrobras. Ele pediu que a comissão seja um instrumento de debate para a definição de um marco regulatório para o setor, priorizando a exploração da camada pré-sal e a distribuição

da riqueza que ela vai gerar.

Mercadante propôs como um dos temas para a CPI a política de royalties, sugerindo discutir a hipótese de a riqueza gerada pelo petróleo financiar a educação.

José Sarney (PMDB-AP), por sua vez, apresentou projeto de lei complementar para instituir um estatuto geral para empresas públicas, sociedades de econo-

mia mista e suas subsidiárias. O objetivo é definir o tratamento jurídico que deve ser dispensado às estatais e “acabar com as divergências sobre o que são e como devem ser tratadas”, afirma. Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, defende o estatuto proposto por Sarney.



Fonte: Requerimento de criação da CPI

## relações exteriores



MÁRCIA KALUME

Eduardo Azeredo e Rosalba Ciarlini: presidente da CRE pede que Brasil reveja apoio a egípcio para comandar Unesco

# Convenção contra o terrorismo é ratificada

Acordo internacional havia sido assinado pelo Brasil em 2005, quatro anos depois dos atentados às Torres Gêmeas, em Nova York

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada em setembro de 2005 em Nova York. A convenção, entre outros aspectos, tipifica a posse e o uso ilegais de materiais radioativos.

Segundo o parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a adesão à convenção mantém o Brasil em “posição de vanguarda no combate ao terro-

rismo internacional”. Para ele, a ratificação do texto levará a adequação das leis brasileiras à nova realidade internacional. Uma das mudanças necessárias será a definição legal do crime de terrorismo.

A comissão aprovou ainda acordo de cooperação em comunicação entre Brasil e Uruguai; os Protocolos Facultativos ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, para abolição da pena de morte; o texto revisado do Regulamen-

to Sanitário Internacional; a Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo; e acordos de cooperação técnica com Granada, Afeganistão e República de Nauru (no oceano Pacífico).

Vários outros acordos internacionais também foram cancelados pela comissão: com a Argélia, na área comercial; com a Argentina, sobre intercâmbio de estagiários; com a China, para o combate à criminalidade; e com a Nigéria, para assistência jurídica mútua.

## CRE pede que Brasil retire apoio a egípcio para Unesco

A CRE enviará ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, um pedido para que reconsidere a sua decisão de não apoiar as candidaturas ao cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de dois brasileiros – o atual diretor-geral-adjunto da entidade, Márcio Barbosa, e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O pedido consta de requerimento apresentado pelo presidente da comissão, Eduardo

Azeredo (PSDB-MG), aprovado na reunião da semana passada. Em vez de apoiar um dos dois brasileiros, o governo optou por votar no ex-ministro egípcio da Cultura Hosni Farouk, uma “figura controversa” na opinião do senador.

– Causaram estranheza as frágeis justificativas apresentadas pelo Itamaraty para a opção pelo candidato egípcio. O Itamaraty justificou se tratar de um muçulmano. Todas as religiões merecem nosso respeito, mas elas não podem ser a razão da

indicação para uma entidade mundial que cuida de temas plurais, como educação, cultura e ciência. Alegou ainda que o Egito nunca ocupou a direção-geral da Unesco, esquecendo-se de que o Brasil também não – disse Azeredo.

Fernando Collor (PTB-AL) foi o primeiro a apoiar a iniciativa, observando que seria difícil para a comissão e para o Congresso admitirem que o Brasil opte pelo candidato egípcio quando conta com dois nomes como os de Barbosa e Cristovam.

## Eleição ao Parlasul poderá ser por listas fechadas

O sistema de listas fechadas, incluído em diversas versões da ainda não votada reforma política, poderá ser testado inicialmente na escolha dos integrantes brasileiros do Parlamento do Mercosul (Parlasul). O mecanismo está previsto em um anteprojeto de lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e que servirá de base ao debate sobre o tema.

Conforme o anteprojeto, os candidatos ao Parlamento do Mercosul serão escolhidos pelos próprios partidos em convenção nacional e registrados em listas fechadas preordenadas. Ou seja, os eleitores votarão nos partidos.

O número de parlamentares a serem eleitos por partido estará condicionado ao número de votos obtidos pela legenda na eleição.

Os partidos deverão levar em conta, ao elaborarem as listas, a proporcionalidade entre as diversas regiões e a “intercalação de lista por gênero”, com a garantia de vagas para mulheres – pelo menos 30%, como já prevê a lei brasileira.

– A lista partidária é o sistema mais usado em todo o mundo e, ao adotá-la, teríamos a vantagem de promover uma experiência em relação à adoção nas eleições nacionais – disse Azeredo.



Mesquita Júnior e Marisa Serrano, durante reunião do Parlasul: escolha direta da Representação Brasileira pode ser laboratório para reforma política

## Revisão do acordo de Itaipu será debatida

O conceito de soberania energética, muito utilizado pelo Paraguai nos debates sobre o Tratado de Itaipu, será discutido na próxima reunião da Comissão de Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlasul.

Por iniciativa de parlamentares paraguaios, a comissão debaterá um projeto de declaração que prevê a “livre circulação e disponibilidade dos recursos hidrelétricos dos Estados partes nas condições que melhor contemham a eles para o seu pleno desenvolvimento”. O projeto,

que tem o apoio unânime da representação paraguaia, sugere ainda a revisão dos tratados já existentes – como o de Itaipu –, para tornar possível a livre contratação de energia elétrica dentro do Mercosul.

A inclusão em pauta do projeto de declaração contou com o apoio dos parlamentares brasileiros presentes, como o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que fez uma ressalva.

– Não se pode ver a disputa entre Paraguai e Brasil como sendo o único problema de integração energética do Mercosul – afirmou Arruda.

## Adesão da Venezuela fica para junho

Antes de tomar uma decisão sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul, a CRE resolveu esperar o resultado da última rodada de negociações técnicas entre esse país e o bloco econômico. Por isso, a comissão aprovou requerimento de informações apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul.

O relator pede detalhes sobre a reunião do grupo técnico, que ocorreu na semana passada.

– É muito importante que essas informações nos cheguem o mais rapidamente possível,

para que possamos dar andamento à elaboração do nosso relatório – afirmou Jereissati, durante a reunião.

Em apoio ao requerimento, Fernando Collor (PTB-AL) disse que não seria possível colocar em votação o protocolo de adesão sem que todos os pré-requisitos técnicos estejam “absolutamente atendidos”. Ele criticou ainda o governo venezuelano pela tentativa de impor a esse país o “pensamento único”, por meio da distribuição às escolas primárias de livros que defendem o “socialismo bolivariano”.

## projetos aprovados

De 18 a 22 de maio

### Plenário

➔ **PLV 7/09** – Transfere ao domínio de Roraima terras pertencentes à União. O projeto de lei de conversão teve origem em medida provisória pela qual as terras da União transferidas para Roraima deverão ser preferencialmente utilizadas em atividades agrícolas diversificadas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, assentamento, colonização e regularização fundiária. Aprovado pelo Plenário, volta à Câmara.

➔ **Mensagem 53/09**, do presidente da República – Aprovado o nome do diplomata Armando Vitor Boisson para embaixador na Finlândia e, cumulativamente, na Estônia.

➔ **Mensagem 76/09**, do presidente da República – Aprovado o nome de Ricardo Carvalho do Nascimento para embaixador do Brasil no Congo.

➔ **Mensagem 77/09**, do

presidente da República – Aprovado o nome de George Ney de Souza Fernandes para exercer o cargo de embaixador na Líbia.

➔ **Mensagens 70, 71 e 72/09**, do presidente da República – Aprovada, respectivamente, a recondução de Manoel Rangel Neto (presidente) e de Paulo Xavier Alcoforado e Glauber Piva Gonçalves (diretores) da Agência Nacional do Cinema (Ancine) para o biênio 2009/2010.

## debates

## Mozarildo quer "expulsão" dos maus políticos

As próximas eleições, em outubro de 2010, devem ser a grande oportunidade para a população "expulsar" os maus políticos do Legislativo e do Executivo, nos estados e no plano federal. A afirmação foi feita por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que defendeu a mobilização de instituições – como universidades, igrejas, Maçonaria e clubes do Lyons – para despertar a consciência de que, se há maus políticos, são os eleitores que os conduzem aos cargos.

– É preciso separar o joio do trigo. E a oportunidade de ouro é em outubro do ano que vem, quando haverá essa chance, para que a população brasileira faça essa grande reforma – disse. Ao comentar propostas da reforma política em discussão na Câmara, Mozarildo defendeu o financiamento público de campanha, "muito mais decente", já que a captação de recursos hoje envolve, segundo ele, recursos de "caixa dois". Mas condenou a lista fechada – em que os votos obtidos pelo partido elegem parlamentares escolhidos pela legenda. A medida, afirmou, será um "mal maior" na comparação com o sistema atual. O senador também registrou a realização, sexta-feira, em Boa Vista, de solenidade no Palácio do Governo para marcar a assinatura do título de doação, da União para Roraima, das glebas Kauamá e Karakará. Na mesma sessão, o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou que apresentará proposta para que as reformas estruturais que forem aprovadas, como a política, a administrativa e a tributária, entrem em vigor somente depois de 2014. A medida, disse a jornalistas, serviria inclusive para evitar um terceiro mandato do presidente Lula.



Eleições de 2010 permitirão que a população "separe o joio do trigo" na política, segundo Mozarildo



Paim conversa com aposentados durante sessão do Congresso, em 13 de maio, que examinou vetos do presidente da República

## Paim anuncia mobilização em favor de aposentados

Conforme o senador, uma das ações previstas é uma vigília no Plenário da Câmara. Entre as reivindicações está a derrubada do fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou a realização, nesta semana, de uma série de atividades para reforçar a defesa dos direitos dos aposentados. O primeiro evento será uma missa, a ser celebrada na Catedral Metropolitana de Brasília, às 9h desta segunda-feira, seguida de uma caminhada dos aposentados até a Câmara dos Deputados, onde haverá uma sessão solene.

Durante a sessão, conforme Paim, será apresentada uma proposta de vigília, que ocorreria no

Plenário da Câmara, para sensibilizar parlamentares e a opinião pública para a necessidade de aprovação de medidas em favor dos idosos, como o projeto que acaba com o fator previdenciário, já aprovado no Senado e em tramitação naquela Casa.

O senador também destacou que, durante a sessão na Câmara, deverá ser debatida a estratégia para derrubar o veto presidencial à emenda que estendeu às aposentadorias o reajuste de 16,67% concedido em 2006 ao salário mínimo.

De acordo com Paim, sindicalistas e aposentados querem negociar com senadores e deputados o exame do veto antes do recesso parlamentar de julho.

– Não vamos aceitar que a gente entre em recesso sem que haja uma decisão sobre o fator previdenciário e outros vetos de interesse dos trabalhadores.

O parlamentar gaúcho também falou sobre violência nas escolas, lembrando que há vítimas não apenas entre os professores, mas também entre alunos e funcionários.

### Congresso Nacional manteve 86 vetos

Os 86 vetos do presidente da República examinados em 13 de maio pelo Congresso foram mantidos. O anúncio foi feito na terça-feira passada por Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão do Senado. Os vetos já analisados foram apostos a 16 projetos aprovados pelo Senado e pela Câmara. Nova reunião no mês de junho deverá deliberar sobre grupo de vetos considerados polêmicos.

### Requerimento de Ideli adia votação de vetos polêmicos

O Plenário aprovou, na quinta-feira, requerimento da líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), que adiou sessão do Congresso Nacional, marcada para esta semana, que apreciaria vetos presidenciais considerados polêmicos, entre eles o que trata do fim do chamado fator previdenciário

e emenda de Paulo Paim que beneficia aposentados e pensionistas com o percentual de reajuste concedido ao salário mínimo em 2006: 16,67%.

Também foi aprovada a criação de comissão de sete senadores para visitar estados atingidos por enchentes no Nordeste.

### Rondônia livre da febre aftosa, comemora Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) celebrou, em Plenário, os dez anos sem febre aftosa em Rondônia, resultado, disse, de medidas sanitárias e vacinação do rebanho de 11 milhões de cabeças de gado. O objetivo agora, ressaltou o senador, é transformar o estado, nos próximos dois anos, em área livre de aftosa, condição que contribuirá para o aumento das exportações de carne do estado, quarto maior exportador do produto do país.

### Voto de aplauso ao médico Drauzio Varella

Requerimento de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) solicita voto de aplauso ao médico Drauzio Varella pela série de reportagens apresentadas na TV sobre problemas relacionados à saúde, como primeiros socorros e tabagismo.

– Faço isso porque uma das coisas mais importantes a se fazer é instruir, educar, esclarecer a população sobre temas tão importantes – justifica o senador.

### Cristovam defende carreira para magistério

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs a criação de uma carreira nacional do magistério, como forma de melhorar o salário dos professores e tornar a profissão mais atraente. Pela proposta, após aprovados em concurso público, os professores seriam pagos com recursos federais. Ao denunciar intenção do governo de pagar bônus a funcionários de empresas que atuam na execução do PAC, ele disse ser preciso investir prioritariamente em educação.

### Mão Santa apoia Cristovam para a Unesco

O apoio prometido pelo governo brasileiro à candidatura do ex-ministro da Cultura do Egito Hosni Farouk para a direção-geral da Unesco levou Mão Santa (PMDB-PI) a apelar ao presidente da República para que reveja a decisão. Ao falar do assunto em Plenário, Mão Santa apresentou abaixo-assinado de apoio de todos os colegas à candidatura ao cargo do senador pelo Distrito Federal, ex-ministro da Educação do governo Lula e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Cristovam Buarque (PDT).

– Luiz Inácio, lembre-se: só não tem jeito para a morte! Ainda há tempo. Dê essa oportunidade ao Brasil. Reaja! – reivindicou. Ele também leu trechos de matérias publicadas pelo **Jornal do Senado** com críticas dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Fernando Collor (PTB-AL) e Paulo Duque (PMDB-RJ) ao apoio do Brasil a Hosni Farouk, que supostamente teria defendido a queima de livros em hebraico encontrados nas bibliotecas egípcias.

### Heráclito critica opção do Brasil por egípcio

Heráclito Fortes (DEM-PI) também criticou a decisão do Brasil de apoiar a candidatura do ex-ministro da Cultura egípcio Farouk Hosni ao cargo de diretor-geral da Unesco. Ele sugeriu que o governo brasileiro indique para o cargo o atual diretor-adjunto do organismo, o engenheiro brasileiro Márcio Barbosa, ou o senador Cristovam Buarque.

– Eu suponho que o Brasil apoiar um brasileiro seria algo natural, como a água dos rios correndo ligeiras e criando corredeiras. Isso é tão natural como a água das cachoeiras caindo aos borbotões, principalmente no trato das coisas da cultura – comentou. O parlamentar contestou a validade de suposto acordo entre o governo Lula e a Unesco para garantir ao Brasil os jogos olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 e vaga na Organização Mundial do Comércio. Heráclito pediu a inclusão nos registros da Casa de vários editoriais e matérias jornalísticas com avaliações negativas sobre a posição do Brasil nesse assunto.

# institucional



João Carlos Zoghbi e sua esposa, Denise, na última terça-feira, após seu segundo depoimento à Polícia Legislativa

## Virgílio cobra acareação entre dois ex-diretores

Para senador, Mesa deve marcar encontro entre Agaciel da Silva Maia e João Carlos Zoghbi, indiciado pela Polícia do Senado na terça-feira

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), exigiu que a Mesa diretora marque uma acareação do ex-diretor-geral da Casa Agaciel da Silva Maia com o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi, para esclarecer acusações de irregularidades.

Ele também indagou a Mesa sobre o início das investigações

pela Polícia Federal quanto a denúncias de desvios de recursos públicos por parte de ambos.

– Não é possível que se misture a maioria esmagadora dos funcionários decentes com meia dúzia que é prevaricadora – disse Arthur Virgílio.

Na última terça-feira, Zoghbi foi indiciado pela Polícia Legislativa da Casa por formação de

quadrilha, corrupção passiva e falsidade ideológica. Ele é acusado de intermediar operações de crédito consignado para servidores. Também já haviam sido indiciados Ricardo Nishimura Carneiro, Bianca Machado e Dias, e o filho de Zoghbi, Marcelo Araújo, apontados como "laranjas" em empresas que intermedeiam as operações.

### Sindicância vai apurar denúncia contra consultor

O Senado abrirá sindicância para investigar a denúncia, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de que um servidor da Casa estaria recebendo salário, apesar de não dar expediente no Senado há cinco meses. Segundo a denúncia, o consultor-legislativo Renato Friedman é lotado na Liderança do PMDB, mas mora em Porto Alegre.

### Polícia do Senado colheu mais três depoimentos sobre o caso Zoghbi

A Polícia Legislativa do Senado colheu, na semana passada, mais depoimentos nas investigações do inquérito policial que examina denúncias contra o ex-diretor de Recursos Humanos da Casa João Carlos Zoghbi.

Na segunda-feira, foram ouvidos Marlise Von Borstel, da empresa Contact Assessoria de Crédito; Eric Filipe de Medeiros, representante de bancos para créditos consignáveis; e Marcelo Araújo Zoghbi, da empresa

Contact, filho do ex-diretor.

Na terça-feira, João Carlos Zoghbi e sua esposa, Denise, ex-diretora do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), depuseram sobre denúncia publicada na revista *Época* de que seriam os verdadeiros proprietários das empresas Contact, BC e BM, supostamente registradas em nomes de "laranjas", e que teriam recebido recursos de bancos que concedem empréstimo a servidores do Senado.

## Cidadão poderá ter acesso aos orçamentos estaduais

O projeto Siga Estados, que permitirá ao Senado firmar convênio com governos estaduais visando à oferta ao público de informações sobre seus orçamentos, por meio da página da Casa na internet, foi apresentado na semana passada ao presidente do Senado, José Sarney. Os estados que assinarem o convênio, em troca, se beneficiarão da ferramenta gerencial Siga Brasil, do Senado.

– Esse é um grande trabalho que o Senado desenvolve, prestando um serviço excepcional à sociedade. O Senado tem procurado dar transparência a tudo que aqui ocorre. Essa tem sido a tônica permanente – disse Sarney.

O interesse pela transparência, afirmou o senador, vem desde que ele foi presidente da República, quando criou o

Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

– E aqui, no Senado, foi criado o instrumento extraordinário do Siga Brasil, que este ano teve acesso de 18 milhões de pessoas, já com 22 mil usuários permanentes. Isso significa que estamos prestando serviço a todos os outros Poderes.

O Siga Estados foi apresentado pelo consultor-geral de Orçamentos do Senado, Fábio Gondim, que destacou o trabalho

em conjunto com a Secretaria Especial de Informática da Casa, o Prodasen. Gondim informou que 16 unidades da federação já manifestaram interesse em disponibilizar suas bases de dados orçamentários no Siga Estados e anunciou a possibilidade de, no futuro, o projeto abrigar também informações sobre orçamentos dos países do Mercosul.

**Site do Senado oferecerá as informações por meio do Siga Estados**

### Projeto Pratas da Casa abre inscrições

O projeto Pratas da Casa, que faz parte da programação do Senado Cultural para 2009, está com inscrições abertas até 12 de junho. Os *shows* se realizarão no segundo semestre deste ano. Poderão participar cantores e músicos que trabalhem no Senado. No caso de grupos musicais, pelo menos um de seus integrantes deve ser da Casa. As apresentações deverão conter pelo menos 40% do repertório relacionado ao artista homenageado. As inscrições preliminares poderão ser apresentadas pelo e-mail [senadocultural@senado.gov.br](mailto:senadocultural@senado.gov.br). No campo assunto, deverá constar "Inscrição Pratas da Casa".

### Senado cria prêmio para jornalistas

O Plenário aprovou projeto de resolução que institui o Prêmio Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, a ser conferido anualmente em dezembro, em sessão especial do Senado, a profissionais de imprensa que tenham contribuído de forma relevante para o engrandecimento do jornalismo brasileiro. Apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães, falecido, o projeto (PRS 41/04) vai à promulgação. O premiado deverá ser escolhido por um conselho constituído pelo presidente do Senado e por outros cinco senadores por ele indicados. A Mesa do Senado deverá definir e divulgar os critérios do prêmio.

# homenagens

## Congresso celebra 60 anos do jornal *A Crítica*

O jornal amazonense *A Crítica* atuou em defesa da liberdade de expressão e de pensamento durante a ditadura militar, afirmou Jefferson Praia (PDT-AM) na sessão solene do Congresso que comemorou os 60 anos do veículo. Rita de Araújo Calderaro, atual diretora-presidente do jornal, e Umberto Tomaz Calderaro, diretor de mercado e neto do fundador, Umberto Calderaro Filho, participaram da sessão.

Na ocasião, o presidente do Senado, José Sarney, descreveu *A Crítica* como "imprensa vigorosa, de palavras fortes".



Jefferson Praia é um dos autores do requerimento da sessão que, na semana passada, comemorou os 60 anos de fundação do jornal *A Crítica*, de Manaus

## Sessão homenageia Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza

A Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza (AJE), que completará 20 anos em 4 de junho, recebeu homenagem dos senadores em sessão especial.

Participaram também o vice-governador do Ceará, Francisco José Pinheiro; o representante da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje), Leonardo Bayma; o coordenador da AJE, João Rafael Furtado; e o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, André Figueiredo Lima.

Autora do requerimento da sessão, Patrícia Saboya (PDT-CE) disse que a história da associação marca o início da mobilização de jovens empresários do Brasil. A senadora informou que o Plenário deverá começar a discutir nesta terça-feira a PEC da Juventude (42/08). Tasso Jereissati (PSDB-CE), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Marconi Perillo (PSDB-GO) ressaltaram o papel da associação como incentivadora do empreendedorismo entre os jovens e na formação de lideranças.

## presidência



Maria Fernanda Coelho e Sarney conversaram sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, além de projetos que têm relação com a Caixa e tramitam no Senado

### Sarney recebe presidente da Caixa Econômica Federal

No momento em que os deputados se reuniam para aprovar, na última quarta-feira, a medida provisória que criou o programa Minha Casa, Minha Vida, a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho, era recebida pelo presidente do Senado, José Sarney.

– A Caixa tem uma atuação muito grande, principalmente na área do crédito. Nós estamos expandindo o crédito, garantindo aos empresários e aos cidadãos que eles tenham, por parte da instituição, oferta do crédito – frisou ela.

Maria Fernanda afirmou que

o Minha Casa, Minha Vida foi muito bem recebido por estados e municípios, percebendo-se grande interesse de empresários em ofertar imóveis para a faixa de renda contemplada pelo programa.

A presidente da Caixa definiu a visita a Sarney como institucional, lembrando que, dos projetos que tramitam no Senado Federal, quase 2 mil têm relação com a Caixa Econômica. Disse ter também conversado com Sarney das ações que o banco tem conduzido para ajudar os estados do Nordeste afetados pelas últimas cheias.

### Encontro entre países da fronteira Norte do Brasil

José Sarney recebeu do deputado estadual Paulo José Ramos (PR-AP) convite para participar do 1º Encontro Internacional Transfronteiriço, que reunirá Brasil, França, República da Guiana e Suriname, para discutir medidas sobre a construção da ponte binacional que vai ligar o Brasil à Guiana Francesa.

O encontro, nos dias 3 e 4 de junho, em Oiapoque (AP), buscará melhorar as relações do Brasil com os seus vizinhos a fim de evitar a violência crescente praticada por agentes policiais franceses contra brasileiros que atravessam o rio Oiapoque para trabalhar na Guiana. Segundo Ramos, 60 mil brasileiros trabalham ilegalmente nesse departamento ultramarino da França, participando com 30% do seu PIB.

### Lavradores discutem transgênicos e merenda escolar

A diretora do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil, Maria Costa, acompanhada de outros representantes da entidade, encontrou-se com José Sarney e pediu apoio para votação de projetos que são de interesse dos lavradores.

Ela mencionou proposta que acaba com a obrigação de as empresas informarem nos rótulos de seus produtos o uso ou não de matéria-prima transgênica em sua fabricação e citou medida provisória que determina que 30% dos alimentos da merenda escolar terão que ter procedência na agricultura familiar.

### Ministro pede apoio do senador à nova Lei Rouanet

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, esteve com José Sarney para pedir o apoio do presidente às mudanças que propõe na Lei Federal de Incentivo e Apoio à Cultura (8.313/91), mais conhecida como Lei Rouanet. Juca acredita que, com as alterações sugeridas, os recursos disponíveis para a cultura brasileira passarão dos atuais 0,6% para 2% ou até 4% do Orçamento da União.

O ministro informou que em 25 dias apresentará em primeira mão a Sarney o projeto de lei com as mudanças defendidas pelo Ministério da Cultura e propostas pela sociedade. Juca Ferreira disse que tratará a matéria com prioridade para que o presidente do Senado possa estudar o assunto com antecedência.

– Sarney conhece a realidade cultural brasileira – afirmou o ministro.

#### PERITO CRIMINAL

Um grupo de peritos criminais, acompanhados de Gilvam Borges (PMDB-AP), pediram a José Sarney apoio ao projeto (PLC 204/08) que regulamenta a carreira de perito criminal oficial. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

#### MENOS VETOS

O novo líder da minoria no Congresso, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), esteve com José Sarney para pedir que seja colocado um número reduzido de vetos na pauta das sessões do Congresso. O objetivo é assegurar o debate prévio de cada um deles.

#### BRAILE

Um grupo de deficientes visuais informou a José Sarney que o Ministério da Educação parou de imprimir livros em braille e que só voltará a produzi-los em 2011. Segundo Flávio Arns (PT-PR), não houve explicação para a interrupção.

## institucional

# Melhores 150 projetos serão conhecidos nesta terça

Premiação valoriza o Legislativo, destacando propostas de relevância social apresentadas por parlamentares municipais, estaduais e federais

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (Idelb) promovem, nesta terça-feira, a cerimônia de entrega do Prêmio do Mérito Legislador 2008, que será realizada no Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães (Interlegis), no Senado Federal, às 18h. Serão premiados os 150 melhores projetos de lei propostos por vereadores, deputados estaduais, federais, distritais e senadores.

Os projetos selecionados pela equipe técnica de consultores legislativos do Senado devem ter relevância social, levando-se em conta critérios como alcance, inovação, repercussão, participação popular, mudança de hábitos e melhores hábitos.

Entre as áreas contempladas, estão educação, saúde, segurança, meio ambiente, infância e juventude, entre outros.

Para mais informações sobre o prêmio, acesse [www.idelb.org.br/premiolegislador2008](http://www.idelb.org.br/premiolegislador2008).

### Associação de agências reguladoras premia Congresso

O Congresso Nacional recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Agências Reguladoras, Abar-2009. O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu a premiação na terça-feira, em nome do presidente da Casa, José Sarney, durante o Congresso Brasileiro de Regulação, no Rio de Janeiro.

Criado em 2001, o prêmio é conferido a até duas personalidades e a uma instituição de destaque na área de regulação.

Marconi ressaltou, no evento, que o Congresso discute e aprova leis que “dotam o Brasil de mecanismos regulatórios em sintonia com a modernidade e com os países desenvolvidos”. Ele lembrou que, no momento, tramita na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição de sua autoria que visa garantir autonomia e independência das agências reguladoras.

Na proposta, o senador destaca que o bom funcionamento desses órgãos depende também da correção de problemas evidenciados após dez anos de funcionamento das agências.

A PEC ainda propõe a nomeação de dirigentes das agências pelo Senado quando a indicação do presidente da República não ocorrer até 90 dias antes da vacância do cargo a ser preenchido. A medida, explicou Marconi, tem como objetivo evitar vacância nos cargos de direção, que pode gerar paralisia das agências.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4º Secretária:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:** José Alexandre Lima Gazineo  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Ana Lúcia Romero Novelli  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

#### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

# programação

## Braile, um toque especial

TV Senado presta homenagem ao criador da escrita para cegos e mostra histórias de superação

O bicentenário de nascimento do francês Louis Braille, criador do código de escrita utilizado pelos deficientes visuais, inspirou uma série de reportagens do programa *Inclusão*, da TV Senado.

O sistema braile, consolidado em 1824, permite aos cegos o acesso ao conhecimento científico, literário, filosófico, tecnológico e, acima de tudo, sua inserção na sociedade. O programa *Inclusão* mostra o trabalho das escolas que utilizam o sistema braile na alfabetização de seus alunos e de instituições – o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais de Brasília e a Fundação Dorina Nowill, em São Paulo – que atendem aos deficientes visuais.

O programa vai apresentar exemplos de superação aos limites impostos pela falta de visão. Entre eles, a dedicação e o esforço de uma professora de Educação Física que trabalha em uma escola inclusiva e cursa mestrado na Universidade de Brasília. Alunos cegos e com baixa visão, do Núcleo de Inclusão da Escola de Música de Brasília, mostram como é possível aprender a tocar um instrumento em seis meses.

*Inclusão* também mostra as diversas iniciativas promovidas pelo Senado com o objetivo de garantir às pessoas com deficiência visual o direito à educação, à formação profissional, ao ingresso no mercado de trabalho e à cidadania. A apresentação e a direção são da jornalista Solange Calmon.

### Inclusão

TV Senado  
30/5, sábado, às 11h30 e 22h30  
Reprise no domingo, às 9h e 17h



Código inventado pelo francês Louis Braille em 1824 abriu o universo da leitura aos deficientes visuais

## Reforma política em debate na Rádio Senado

A reforma política movimenta as discussões no Congresso Nacional. Para muitos, as principais mudanças deveriam concentrar-se no sistema eleitoral, mas há dúvidas sobre muitas propostas colocadas. Vale a pena implantar o voto distrital no Brasil? Como funciona esse sistema? E o voto em lista fechada, é conveniente? A ideia de votar em bloco nas pessoas escolhidas pelo partido vai agradar o eleitor? Ou seria preferível manter o voto em candidatos específicos?

As questões serão debatidas no Co-

nexão Senado, programa da Rádio Senado, que vai receber os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Também participa do programa o consultor legislativo Arlindo Fernandes.

### Conexão Senado

Rádio Senado FM e OC  
25/5, segunda-feira, às 8h  
Na internet, a partir de segunda-feira

## Roberto Rodrigues propõe novo seguro agrícola

O Brasil precisa com urgência de um novo sistema de seguro agrícola, capaz de garantir a renda do produtor no caso de calamidades e transtornos naturais, a exemplo do que ocorre na maior parte dos grandes países produtores. A proposta, do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, foi feita em entrevista ao *Agenda Econômica*, da TV Senado.

O atual sistema de seguro, o Proagro, segundo o ex-ministro, garante somente as perdas sofridas pelos bancos, mas deixa completamente desassistidos os produtores e fornecedores de insumos. Para ele, o governo deve tomar a iniciativa de criar um fundo que contaria com dinheiro do Tesouro, recursos dos próprios agricultores, dos bancos e dos produtores de insumos agrícolas. Dessa maneira, no caso de enchentes, geadas, secas e outros problemas climáticos, toda a cadeia envolvida na produção agrícola estaria protegida. E assim estariam garantidos os recursos do custeio e do investimento para a safra seguinte.

Na entrevista, Roberto Rodrigues analisa também os efeitos da queda nas cotações de algumas *commodities* no mercado internacional, a questão da ocupação da Amazônia e a abertura de novos mercados para os produtos brasileiros, como o da China.

Aborda ainda os gargalos da infraestrutura e sugere uma ampla linha de entendimento entre diversas áreas de governo para melhor desencadear as soluções requeridas pelo agronegócio.

A entrevista do ex-ministro foi concedida aos jornalistas Helival Rios e Davi Emerich.

### Agenda Econômica

TV Senado  
30/5, sábado, às 16h30  
domingo, 31/5, às 11h30 e 22h



### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - EcoSenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - EcoSenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - EcoSenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - EcoSenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - EcoSenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - EcoSenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

**TV A CABO:** (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo  
**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

### ANTENA PARABÓLICA

**Sistema analógico:**  
Satélite: B1  
Transponder: 11 A2  
Polarização: horizontal  
Frequência: 4.130 MHz

### Sistema digital:

Satélite: B1  
Transponder: 1 Banda Estendida  
Polarização: vertical  
Frequência: 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

### Como sintonizar

#### FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz  
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

#### ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

#### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

#### ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

## voz do leitor

## Culto à Bandeira

"Parabenizo o senador Aloizio Mercadante pelo projeto (PLS 184/03) que obriga o hasteamento da Bandeira Nacional, pelo menos uma vez por semana, nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. Não deveria ser necessário obrigar as escolas. Mas, hoje, a cerimônia da Bandeira só é lembrada em datas como o 7 de Setembro, que marca a Independência do Brasil. Os símbolos nacionais precisam ganhar mais respeito."

**Betto Veloso, de Aliança (PE)**

## Escola pública

"Caros colegas educadores, sabem quando o professor da escola pública brasileira e os seus milhões de alunos serão respeitados e terão condições dignas de trabalho e estudo? Quando aprovarem uma lei obrigando os filhos e netos de deputados, senadores, prefeitos, vereadores e funcionários públicos a estudarem em escolas públicas. Garanto que as melhorias virão a cavalo."

**Leandro F. Gomes, de Ponte Nova (MG)**

## Amazônia ameaçada

"Há algum tempo o interesse internacional pela Amazônia vem se tornando cada vez mais constante. Países de primeiro mundo, em especial os Estados Unidos, reúnem argumentos para participarem na exploração das riquezas naturais da Amazônia. A rica biodiversidade atrai pesquisadores de todo o mundo, uma vez que nela podem encontrar matéria-prima para remédios, entre outros usos. Mananciais de água potável, recursos naturais e jazidas de minérios são também grandes alvos de estrangeiros. O governo brasileiro deve investir mais na segurança de nossas fronteiras, exercer plena soberania e resistir à constante pressão internacional, para que essa ameaça não venha a se concretizar."

**Dayse Alves Marques, de Capela (AL)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## Doação de ossos

"Ainda é pouco conhecida a prática da doação de ossos no Brasil. Como cidadão brasileiro, não tinha conhecimento da existência de bancos de doadores e de centros hospitalares. Para que esse número aumente, é preciso uma campanha nacional nos centros acadêmicos, na área de saúde, nas escolas e na mídia (TV, rádio e outdoor). Isso fará com que os cidadãos tomem consciência da importância desse gesto. Hoje, infelizmente, vemos o tráfico e o roubo de ossos em cemitérios públicos."

**Lindoberto Veloso Correia, de Recife (PE)**

## Educação

"Ouvi a indignação do senador Cristovam Buarque no programa *A Voz do Brasil* do dia 14/5, ao afirmar que o presidente Lula prefere gastar US\$ 30 bilhões com as Olimpíadas de 2014 no Brasil a destinar R\$ 7 bilhões para o ensino público. O governo federal prefere deixar 100 milhões de brasileiros semiesclarecidos e mantê-los com programas meramente paliativos, como é o caso do Fome Zero."

**Raimundo Barbosa de Araújo, de São Luís (MA)**

## Precatórios

"A PEC aprovada pelo Senado é uma ótima ferramenta para os gestores públicos na questão dos precatórios. Mas acredito que faltou aos senadores o compromisso de tentar reduzir os precatórios, que são gerados diariamente por falhas na administração pública. Se existem precatórios, é porque faltou competência de prefeitos, governadores e outros administradores da coisa pública."

**Adriano Ribeiro Machado, de Curitiba (PR)**

## Simon

"Parabenizo o senador Pedro Simon pelo seu trabalho em prol do Rio Grande do Sul."

**Alison Luiz Soares Rodrigues, de São Vicente do Sul (RS)**

## frases



Os integrantes do PMDB que afirmam que a agremiação não tem

candidato são energúmenos, vendilhões e poltrões

**Mão Santa**, ao afirmar que seu partido "está repleto" de nomes que poderiam ser candidatos a presidente da República.

Para que a oposição não fique nervosa, não vou dizer "nunca antes neste país", mas o estudo comprova isso

**Ideli Salvatti**, ao destacar pesquisa do Ipea que aponta redução da pobreza em seis regiões metropolitanas do país.

Quem quiser que se posicione contra ou a favor, mas que o Senado cumpra o seu dever

**César Borges**, fazendo um apelo para que a chamada PEC Paralela dos Vereadores seja votada logo.

Mesmo assegurado por lei, o direito ao registro civil é considerado artigo de luxo em vários estados da Amazônia

**Augusto Botelho**, ao revelar que cerca de 400 mil brasileiros não têm certidão de nascimento, boa parte deles na Amazônia.

O ideal que havia sido estabelecido na Constituição de 1988 [máximo de 12% ao ano para as taxas de juros] virou quimera, mas, daí a liberar os bancos para tirarem o couro do cidadão brasileiro, existe uma grande distância

**Roberto Cavalcanti**, sobre as taxas cobradas nos empréstimos bancários.

A Petrobras não é do PT. A Petrobras é do Brasil, dos brasileiros

**Jarbas Vasconcelos**, rebatendo o presidente Lula, que acusou a oposição no Senado de agir "de forma irresponsável" ao pedir uma CPI da empresa.

A Petrobras também é deles

**Aloizio Mercadante**, para quem o PT não pode ser responsabilizado por manifestações contra a CPI.

A oposição não quer desestabilizar a Petrobras; quer tirar os ladrões de lá

**Arthur Virgílio**, rebatendo críticas de senadores governistas sobre a criação da comissão de inquérito.

O governo não me deve nada por isso. Assinei com a mesma convicção com a qual retirei [a assinatura]. Sei que é um gesto de grande desgaste

**Cristovam Buarque**, explicando que retirou sua assinatura de apoio à CPI porque, conforme acordo, o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, seria ouvido antes.

No fundo, a epidemia [causada pelo vírus H1N1] se transforma num grande negócio para laboratórios multinacionais, um maravilhoso negócio

**Sérgio Zambiasi**, informando que algumas farmácias de Porto Alegre estão vendendo remédio para a gripe suína a R\$ 160.



FOTOS: GERALDO MAGELA

Na maioria das vezes, o excesso de "vedetismo" de membros do Ministério Público vem causando problemas morais, pessoais e até econômicos em algumas circunstâncias

**Tasso Jereissati**, na sabatina dos indicados para compor os conselhos nacionais do Ministério Público e de Justiça.



## pergunte ao senador

## Brasil está preparado para enfrentar a nova gripe

"Os brasileiros realmente não correm o risco de contaminar-se com a gripe suína? Quais são as providências tomadas para evitar essa ameaça?"

**Edinho Mesquita, de Concórdia do Pará (PA)**

A senadora **Ideli Salvatti (PT-SC)** responde:

Primeiro, não podemos chamar a gripe de suína, porque não há registro de porcos doentes, são homens e mulheres que estão transmitindo a doença. Não devemos continuar dando esse nome ao vírus H1N1 porque isso causa sérios problemas econômicos para o nosso país, em especial aos produtores de carne suína. Além disso, o governo, desde o surto de gripe aviária no mundo, adotou procedimentos que prepararam o país para enfrentar qualquer vírus. Havia uma preocupação muito grande com a transmissão do vírus de aves para humanos e de humanos para humanos. Por isso, foi montado grande aparato, com monitoramento nos aeroportos e demais entradas do país e organização de hospitais de referência para a eventualidade da chegada

da doença. No caso do novo vírus, o primeiro paciente que contraiu a gripe foi tratado no Rio de Janeiro e já está curado. As pessoas que tiveram contato com ele foram monitoradas. Os dados mostram que os casos suspeitos estão diminuindo. Por tudo isso, prezado Edinho, o governo não vê neste momento risco de uma contaminação em maior escala. O Brasil, que já é referência mundial na prevenção e no tratamento da Aids, agora atinge o mesmo patamar no controle e tratamento de vírus como o H1N1.



ARTE SOBRE FOTO DE ANA VOLPE

# Inimigo da pele, sol em excesso provoca câncer

O tipo de câncer com maior incidência no Brasil é o que atinge o maior órgão do corpo humano. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de pele corresponde a cerca de 25% de todos os tumores malignos conhecidos no país. Saiba como prevenir esse mal e como detectá-lo precocemente.



O protetor, de fator mínimo 15, deve ser aplicado meia hora antes da exposição ao sol

## Exposição solar é cumulativa e prevenção começa na infância

Muitos problemas de pele, incluindo o câncer, poderiam ser evitados com cuidados adequados, principalmente na infância e no início da vida adulta. Segundo o médico Ivan Dunshee, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o aparecimento de feridas sem causa aparente e que não cicatrizam ou ainda alterações bruscas no tamanho, cor ou aspecto de uma pinta são motivos de alerta. “É preciso procurar um médico o quanto antes, pois pode se tratar de um câncer de pele”, afirma.

Esse câncer é formado por células que sofreram mutação e se multiplicaram de maneira desordenada e anormal, dando origem a um novo tecido (neoplasia). O médico informa que em mais de 90% dos casos a causa é a exposição solar cumu-

lativa, ou seja, o sol tomado em excesso durante toda a vida, o que também leva ao envelhecimento precoce, com ressecamento progressivo da pele, rugas e manchas. De acordo com o Inca, o câncer de pele está relacionado também a fatores de risco, como:

- exposição a substâncias químicas como arsênio e alcatrão;
- radiação ionizante: usada para pesquisa, diagnóstico e tratamento na medicina;
- úlcera de Marjolin: neoplasia maligna que se origina de uma cicatriz, sendo a de queimadura a causa mais comum;
- xeroderma pigmentoso: doença genética rara em que a pessoa apresenta defeito no mecanismo normal de proteção ao sol;
- tabagismo;
- alterações na imunidade.

## Pele clara exige atenção redobrada

As pessoas de pele clara, sardas, cabelos claros ou ruivos e olhos claros são as que apresentam maior risco de desenvolver câncer de pele quando expostas ao sol por longos períodos e em horários em que os raios ultravioleta são mais intensos. De acordo com o Inca, os negros desenvolvem câncer de pele no dorso das mãos e dos pés. O instituto também alerta que as crianças se expõem anualmente ao sol três vezes mais que os adultos, o que revela ser a infância uma fase particularmente vulnerável aos efeitos nocivos do sol.

### Dicas para proteção

- Reduza o tempo de exposição ao sol.
- Evite exposição entre 10h e 16h.
- Escolha um protetor com fator de proteção solar (FPS) mínimo 15, o que garante proteção por duas horas e meia.

### PROTETOR SOLAR NO SUS

O Projeto de Lei da Câmara 111/05, aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), torna obrigatório o fornecimento de protetor solar, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ao portador de doença causada ou agravada pela exposição ao sol. Determina ainda que o produto integre

- Aplique o protetor solar 30 minutos antes de se expor.
- Reaplique o protetor solar quando permanecer mais de duas horas ao sol ou quando o filtro for retirado por contato com água, suor, etc.
- Proteja orelhas, lábios, pescoço, dorso das mãos e dos pés e onde o cabelo está rarefeito.
- Fique atento à radiação solar presente nos dias nublados, sob a água ou através do vidro nos carros com a janela fechada.
- Para quem trabalha sob o sol, é preciso vestir calça, camisas de manga comprida, chapéu de aba larga e óculos escuros com proteção ultravioleta.
- O uso de câmaras de bronzeamento artificial para fins estéticos não é recomendado pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, pois pode provocar prejuízos à saúde, como envelhecimento precoce e câncer da pele.

o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol por força de suas atribuições. E institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol, anual e durante o período de férias escolares, para conscientizar as pessoas sobre os perigos da radiação solar em excesso. O projeto aguarda análise do Plenário.

## Autoexame: como identificar manchas suspeitas

O Inca recomenda que seja feito regularmente o autoexame da pele. A busca deve ser por manchas que coçam, descamativas ou que sangram; sinais ou pintas que mudam de tamanho, forma ou cor; e feridas que não cicatrizam em quatro semanas.

- 1 Em frente a um espelho, com os braços levantados, examine seu corpo de frente, de costas e os lados direito e esquerdo.
- 2 Dobre os cotovelos e observe cuidadosamente as mãos, antebraços, braços e axilas.
- 3 Examine as partes da frente, detrás e dos lados das pernas, além da região genital.
- 4 Sentado, examine atentamente a planta e o peito dos pés, assim como entre os dedos.
- 5 Com o auxílio de um espelho de mão e de uma escova ou secador, examine o couro cabeludo, pescoço e orelhas.
- 6 Finalmente, ainda com auxílio do espelho de mão, examine as costas e as nádegas.

**ABCD** que distingue a pinta do melanoma:

**Assimetria** – uma metade diferente da outra.

**Bordas irregulares** – contorno mal definido.

**Cor variável** – várias cores numa mesma lesão: preta, castanho, branca, avermelhada ou azul.

**Diâmetro** – maior que 6 mm.

## Os tipos mais comuns de tumores

### Carcinoma basocelular (CBC)

- ➔ É o câncer de pele mais comum; representa 70% dos casos.
- ➔ Maior incidência após os 40 anos, em pessoas de pele clara.
- ➔ Surgimento diretamente ligado à exposição solar cumulativa.
- ➔ Pode se manifestar sob a forma de uma pápula (bolinha) com superfície de aspecto perolado ou de uma ferida que não cicatriza.
- ➔ Não causa metástase (formação de uma nova lesão tumoral a partir de outra), mas pode destruir os tecidos à sua volta, atingindo até cartilagens e ossos.
- ➔ Maior incidência na região da cabeça e do pescoço, sendo mais agressivo em locais como pálpebra, nariz e orelha, onde a cirurgia tende a ser mais difícil.
- ➔ Se detectado precocemente, apresenta altos índices de cura com a remoção da lesão por um dermatologista, tratamento a base de medicamento tóxico ou radioterapia.

### Carcinoma espinocelular ou epidermoide (CEC)

- ➔ Segundo tipo mais comum de câncer de pele; representa 25% dos casos.
- ➔ Pode se disseminar por meio de gânglios e provocar metástase.
- ➔ Surge por meio de uma ferida que evolui rapidamente e vem acompanhada de secreção e de coceira. Fique atento a lesões que sangram com facilidade ou não cicatrizam.
- ➔ Pode aparecer sobre áreas de cicatriz de queimaduras antigas.
- ➔ Pode ser removido com cirurgia ambulatorial nas fases iniciais e tratado com radioterapia.

O CBC e o CEC são também chamados de câncer de pele não melanoma.

### Melanoma

- ➔ É o tipo mais perigoso, com alto potencial de metástase.
- ➔ Tem origem nos melanócitos (células produtoras de melanina, substância que determina a cor da pele) e predominância em adultos de pele clara e sensível que tiveram vários episódios de queimaduras solares com bolhas quando crianças ou com história familiar de melanoma.
- ➔ Pode levar à morte se não houver diagnóstico e tratamento precoce.
- ➔ A incidência é baixa: 4% dos casos.
- ➔ A média mundial estimada de sobrevivência é de 69%.
- ➔ Inicia-se normalmente com uma pinta escura, com bordas mal delimitadas, com cores e diâmetros que podem se alterar com o tempo.
- ➔ A cirurgia é o tratamento mais indicado. Radioterapia e quimioterapia também podem ser utilizadas dependendo do estágio da doença. Quando há metástase, o melanoma é incurável na maioria dos casos. A estratégia do tratamento para a doença avançada é buscar o alívio dos sintomas e melhorar a qualidade de vida do paciente.

## Saiba mais

### Instituto Nacional de Câncer (Inca)

Praça Cruz Vermelha, 23 – Centro  
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20230-130  
(21) 2506-6214 [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br)

### Sociedade Brasileira de Cancerologia

Rua Pará, 197 – Pituba  
Salvador (BA) – CEP 41830-070  
(71) 3240-4868 [www.sbcancer.org.br](http://www.sbcancer.org.br)

### Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD)

Av. Rio Branco, 39, 18º andar – Rio de Janeiro (RJ)  
CEP 20090-003 [www.sbd.org.br](http://www.sbd.org.br)

### Sociedade Brasileira de Cirurgia Dermatológica (SBDCD)

Rua Mato Grosso, 306, cj 1.411 – Higienópolis  
São Paulo (SP) – CEP 01239-040  
(11) 2114-6388 [www.sbcd.org.br](http://www.sbcd.org.br)  
[sbcd@sbcd.org.br](mailto:sbcd@sbcd.org.br)